

ATA

N.º 02/2023

**SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE**

**Realizada em
27 de abril de 2023**



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2023:**

---Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e três, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, em Esposende, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de Carlos Manuel Pires Mártins da Silva, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal;-----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, Otilio Silva Hipólito e Jaqueline Casado Afonso Areias.-----

---Para além dos membros da Mesa encontravam-se presentes os seguintes membros:-----

Tito Alfredo Evangelista e Sá,
António José Pereira Morgado,
Celestino Cubelo Moraes,
Virgínio Isidro Martins de Sá, em substituição de José Maria Losa Esteves,
Marta Margarida Silva de Carvalho Viana, em substituição de João Carlos Fraga de Oliveira Martins,
Sara Filipa Gonçalves Herdeiro,
José Manuel Cruz Silva,
Anabela Solinho Martins,
Manuel Fernando Lima de Meira Torres,
Sandra Patrícia de Sá Gomes,
Baltazar Almeida da Costa,
Domingos José da Cruz Carvalho,
Francisco Manuel Guimarães de Melo,
Paulo Fernando Ferreira Teixeira,
Mariana Gonçalves Viana,
Ilídio Moraes Rodrigues,
Manuel Marcelino Correia da Silva Cunha,
Armando Luís Lopes Martins,
Manuel José Sampaio Viana,
Vitor Manuel Queirós Quintão,
Eduardo Oliveira Maia,
Mário Pires de Boaventura,
Valdemar Mota de Faria,
Manuel Eiras Martins de Abreu,
Aurélio Mariz Neiva,
Carlos Veiga Escrivães e
Mário Ferreira Fernandes.

---Sendo 20 horas e 40 minutos, verificando-se a existência de “quórum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, António Benjamim da Costa Pereira, em representação desta, bem como dos Vereadores:

Artur Guilherme Lima Souto Emílio
Alexandra Suzana Abreu de Faria Carvalho Roeger,
Luís António Sequeira Peixoto,
António Sérgio Moreira Mano,
Mário Rui Pereira Ferreira Neiva Losa, e
Maria Alexandra Campos Esteves Faria de Vilar..-----

---Não compareceram inicialmente os Senhores Deputados Municipais Armando Luís Lopes Martins, Eduardo Oliveira Maia e Ilídio Morais Rodrigues, tendo chegado o primeiro pelas 20 horas e 45 minutos, o segundo pelas 20 horas e 50 minutos e o último, pelas 21 horas.-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia começou por saudar os Senhores membros da Assembleia Municipal, incluindo os Senhores Presidentes de Junta, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, as pessoas que estavam a prestar apoio à assembleia, bem como, o público em geral.

De seguida, informou terem pedido justificação das suas ausências os Senhores Deputados Municipais, João Carlos Fraga de Oliveira Martins, que iria ser substituído por Marta Margarida Silva de Carvalho Viana, e José Maria Losa Esteves, que iria ser substituído por Virgínio Isidro Martins de Sá.

De seguida pediu permissão para umas breves palavras, tendo referido:

"Há dois dias atrás festejamos uma vez mais, o feriado do 25 de Abril, uma data que o nosso Município assinalou com o programa VIVER ABRIL.

Estas comemorações são acima de tudo um alerta para todos nós, de que a democracia nunca está garantida, e que nos devemos envolver e contribuir no dia a dia para o seu enraizamento e vitalidade, uma tarefa que está sempre longe de estar concluída.

Nós os cidadãos que integramos os órgãos do poder local, temos essa responsabilidade acrescida.

Informo também a assembleia que participei no dia 12 de abril, com o Senhor Presidente da Câmara, na audiência à Comissão Parlamentar de Saúde, com a Delegação de Barcelos, numa iniciativa conjunta para sensibilizar os deputados, para a necessidade de construção do novo hospital, que sirva as populações dos dois concelhos, com mais e melhor qualidade no acesso a cuidados de saúde. Ficamos todos confiantes, que seguramente foi mais um passo na direção certa.

Esta sessão por imposição legal e de acordo com o número 2 do artigo 27º da lei das autarquias locais, contempla uma das competências da Assembleia Municipal que é, a Apreciação e Avaliação de Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e a Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas do ano 2022.

É um momento importante, dado o dever de prestar contas de uma forma responsável, pela Câmara Municipal perante os cidadãos.

Assiste-se na verdade cada vez mais a uma consciência coletiva cívica, relativamente às finanças públicas, ao dinheiro de todos nós.

As crises recentes que afetaram o nosso país, contribuíram e de maneira, certamente para isso.

Os cidadãos hoje cada vez mais preocupados com as finanças públicas e com a necessidade de haver sustentabilidade no presente e para o futuro.

É verdade que os documentos associados a esta Prestação de Contas padecem de uma

complexidade que por vezes torna difícil a sua interpretação ao cidadão comum.

Um resumo em linguagem simples não técnica, acessível ao cidadão comum, seria sem dúvida uma mais valia.

A responsabilidade de Prestação de Contas pertence à Câmara Municipal, pois é o órgão responsável pelos Documentos Previsionais, cabendo-nos a nós, Assembleia Municipal, o exercício da sua função fiscalizadora.

Todos nós queremos um Município de contas certas e, na verdade, devemos congratularmo-nos, pois, o nosso Município tem sido incluído nos Municípios com melhor eficiência financeira, isto de acordo com os Anuários Financeiros dos Municípios Portugueses, nomeadamente o último disponível de 2021. E não posso estar mais de acordo com uma afirmação recente do nosso atual Primeiro-Ministro, Dr. António Costa, que diz que "contas certas, são um bem inestimável para não pôr em causa o futuro".-----

Mais referiu, esperar que, de acordo com o partilhado na conferência de líderes, os trabalhos decorressem com fluidez, e que pudessem atingir o objetivo de duração máxima daquela assembleia, de duas horas, a duas horas e meia.-----

Informou que estavam abertas as inscrições para os Membros da Assembleia se inscreverem para intervir no Período de Antes da Ordem do Dia.-----

Mais informou, o público presente, que se poderiam inscrever para intervenção, caso o pretendessem fazer, para solicitar esclarecimentos sobre assuntos relacionados com o Município.-----

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

01.01 – APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2023 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO.-----

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e oito de fevereiro de 2023 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2023. -----

Não participaram na votação os senhores deputados municipais Virgínio Isidro Martins de Sá e Marta Margarida Silva de Carvalho Viana, ao abrigo do impedimento legal previsto no nº 3 do artigo 34º do CPA, por não terem estado presentes na sessão de 28 de fevereiro de 2023.-----

Não participaram igualmente na votação os senhores deputados municipais Eduardo Oliveira Maia e Ilídio Morais Rodrigues, por não se encontrarem presentes na sessão, no momento da votação do presente assunto.-----

01.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO.-----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida, tendo neste momento referido que a mesma foi distribuída por todos os membros da Assembleia

Municipal.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

01.03 – INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA.-----

Interveio a Sr.^a Deputada Municipal, Sara Herdeiro, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo referido:

*"Senhor Presidente da Mesa,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Senhores Deputados Municipais,
Senhores Presidentes de Junta,
Público aqui presente, boa noite.*

1 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE OTÍLIO DIAS HIPÓLITO.-----

"No passado dia 17 de Março de 2023, faleceu Otilio Dias Hipólito, pai de Otilio Hipólito, primeiro Secretario da mesa da Assembleia municipal de Esposende.

Otilio Dias Hipólito nasceu a 20 de Setembro de 1955, na freguesia de Apúlia no concelho de Esposende.

Filho de António Fernandes dos Santos Hipólito, antigo tesoureiro da Junta de Freguesia de Apúlia, desde cedo demonstrou imensa paixão pelo campo da mecânica, e por esse motivo ingressou na escola industrial e comercial da Póvoa de Varzim, onde prosseguiu os seus estudos em curso profissionais ligados a essa área. Após terminar o serviço militar obrigatório, ingressou na empresa ABER, com sede na Maia, onde granjeou reconhecimento e respeito, sendo reverenciado pelos colegas de trabalho como o "Mestre".

Manteve-se nessa firma de forma ininterrupta até ser vítima de um acidente vascular cerebral no ano de 2013, que o deixou incapaz para o exercício da profissão que amava e passou os últimos anos a debater-se com os problemas de saúde de que padecia.

Acresce ainda que, da entrega e dedicação à profissão escolhida, sempre foi reconhecido como um exemplo de pai e marido devotado.

Assim, foi com muita tristeza e consternação que tivemos conhecimento do seu falecimento, o que nos deixa muito sensibilizados.

Neste momento de dor, os membros desta Assembleia Municipal dos Grupos Políticos do PSD e do CDS, associam-se à família e amigos de Otilio Dias Hipólito, endereçando as mais sentidas condolências, propondo que seja aprovado um voto de pesar por tão doloroso acontecimento. Mais propomos que, esta deliberação seja comunicada, por escrito, à digníssima família."-----

2 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOSÉ FERNANDES CACHADA.-----

"Faleceu no passado dia 5 de março de 2023, José Fernandes Cachada, com 73 anos de

idade.

Natural da freguesia de Rio Tinto, onde nasceu a 4 de maio de 1949, O Sr. José Fernandes Cachada desenvolveu a sua atividade profissional como Empresário. Dedicado à causa pública, destacou-se na ação política e associativa que levou a cabo ao longo da sua vida, tendo sido Presidente da Junta e Presidente da Assembleia de Freguesia de Rio Tinto.

A sua vida e carreira são um exemplo para as gerações mais jovens no que toca à dedicação à causa pública e ao serviço da comunidade.

Neste momento de dor, os membros desta Assembleia Municipal dos Grupos Políticos do PSD e do CDS, associam-se à família e amigos de José Fernandes Cachada, endereçando as mais sentidas condolências, propondo que seja aprovado um voto de pesar por tão doloroso acontecimento. Mais propomos que, esta deliberação seja comunicada, por escrito, à digníssima família."

3 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO PADRE ALFREDO SALEIRO CARDOSO.

"Faleceu no passado dia 25 de abril de 2023, Alfredo Saleiro Cardoso, com 63 anos de idade. Natural da freguesia de S. Bartolomeu do Mar, o Pe. Alfredo Saleiro Cardoso nasceu a 14 de novembro de 1959.

O Pe. Alfredo Saleiro Cardoso foi ordenado sacerdote a 22 de julho de 1984, na Cripta do Santuário do Sameiro em Braga.

Em 1984, foi pároco de Antime, Santa Maria, e em 1985 de Armil, em São Martinho. Foi ainda nomeado Administrador Paroquial de Silvares, em São Clemente em 1991. Com dedicação total serviu estas três paróquias até aos dias de hoje.

Após a sua ordenação, o Pe. Alfredo como era conhecido, foi Vigário Paroquial em Silvares, São Clemente.

Além do Sacerdócio, o Pe. Alfredo dedicou-se ao ensino, tendo sido professor de Educação Moral Religiosa Católica.

Neste momento de dor, os membros desta Assembleia Municipal dos Grupos Políticos do PSD e do CDS, associam-se à família e amigos do Pe. Alfredo Saleiro Cardoso, endereçando as mais sentidas condolências, propondo que seja aprovado um voto de pesar por tão doloroso acontecimento. Mais propomos que, esta deliberação seja comunicada, por escrito, à digníssima família."

De seguida interveio o Sr. Deputado Municipal, António Morgado, tendo feito a seguinte intervenção política:

"Ex.mo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Ex.mo. Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhoras e Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Senhores Presidentes de Junta

Público presente,

Na passada terça-feira comemoramos os 49 anos do 25 de abril de 1974. Começo por isso,

esta minha intervenção, por relembrar aquele que foi o dia mais importante e marcante para a democracia do nosso país. Há um ano, neste mesmo fórum, falava das conquistas de abril e lembrava que uma democracia não se esgota no momento em que é implementada, mas constrói-se diariamente, sendo que cabe a cada um de nós contribuir para que esses valores que alimentam as liberdades dos cidadãos, nunca se esgotem e nunca deem lugar a abusos que as possam por em causa.

Disse-o e reafirmo-o, "Abril" não terminou, e o seu legado deve ser alimentado por todos nós, dia após dia.

E nessa linha de raciocínio não podemos deixar de felicitar o executivo, dizendo com grande satisfação que, através do programa comemorativo que implementou para este ano, de uma forma singela e numa vertente mais cultural, o município deu uma vez mais, o seu contributo para manter vivas as memórias de Abril, refletindo sobre a importância da liberdade e celebrando dessa forma a Revolução dos Cravos.

Senhor Presidente da Mesa

Senhor Presidente da Câmara

Senhoras e Senhores Deputados

Desde a última sessão desta Assembleia Municipal, importantes investimentos se concretizaram e outros foram anunciados e iniciados.

Este é o momento de se apresentarem contas relativas ao ano de 2022. Um ano que se tornou difícil e imprevisível do ponto de vista económico derivado da conjuntura internacional e por força do início da Guerra na Ucrânia e da elevada inflação que se seguiu. Não será por isso demais relembrar, face aos resultados obtidos pelo executivo naquilo que foi a execução orçamental do ano de 2022, e que mais à frente abordarei mais em pormenor, de que a câmara municipal soube contornar essas dificuldades e encontrou sempre as soluções mais ajustadas para, mesmo assim, alcançar ótimos resultados, cumprindo com os compromissos assumidos e mantendo, dessa forma, o concelho na senda do desenvolvimento sustentado. Na mesma linha, e no seguimento do orçamento aprovado em dezembro último, tenho que destacar o ritmo imprimido pelo executivo na execução do orçamento de 2023, que face ao valor dos investimentos em curso, e aqueles que aí vêm, nos deixa otimistas de que 2023 será um ano extraordinário no que à concretização e implementação dos grandes projetos no concelho diz respeito. Se por um lado esses investimentos trarão mais e melhor qualidade de vida aos esposendenses, e se a imagem da cidade vai mudando enquanto se vais investindo nas freguesias para responder às suas necessidades, dotando-as de melhores equipamentos e infraestruturas, é com agrado que vimos esse trabalho valorizado e reconhecido por parte de governantes deste país, quando ouvimos que a Câmara Municipal de Esposende se vai substituindo ao estado na execução, e sobretudo, no financiamento daqueles que são os projetos estruturantes para o desenvolvimento do território.

Quem o disse foi a Senhora Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, que no momento do lançamento da primeira pedra da construção do Laboratório de Inovação e Sustentabilidade Alimentar (LISA) do IPCA, deixou rasgados elogios à visão estratégica do Senhor Presidente da Câmara, pela forma como projetou e priorizou o desenvolvimento do nosso concelho, ao apostar no ensino superior como um modelo de desenvolvimento a seguir, e no conhecimento como uma das áreas mais importantes para estimular a economia. Lamentando a falta de apoio do Estado neste tipo de investimentos, a Senhora Ministra, num



momento de franqueza e de reconhecimento público pelo mérito deste projeto e pelo trabalho desenvolvido pelo Senhor Presidente da Câmara ao longo dos últimos anos, deu um banho de humildade e de Fair Play político ao Partido Socialista de Esposende, que mesmo perante as evidências, continua em profundo estado de negação em relação à presença do ensino superior em Esposende, e por este ser já uma realidade cada vez mais consolidada no nosso concelho.

Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados,

A propósito da falta de apoios do estado nos projetos relevantes e diferenciados que o município tem em andamento, lamentamos que o governo continue a "usar" o PRR para fazer política eleitoralista em detrimento de o por à disposição dos municípios e das empresas para que estes sim, à semelhança do que sucedeu com o Portugal 2020, possam aproveitar as oportunidades que, através dos fundos Europeus, a União Europeia nos dá para financiar os tais projetos estruturantes que temos para concretizar. Os programas de apoio que a União Europeia põe à disposição dos seus membros têm um objetivo bem definido: é contribuir de forma decisiva na melhoria das condições de vida das populações, não só no desenvolvimento sustentado dos territórios, como também através do impacto que podem ter na dinamização das diversas economias dos países abrangidos. E porque o que está em causa no concelho de Esposende são projetos de grande valia que contribuirão para a consolidação da implementação de um planeamento estratégico bem alicerçado na dinamização da economia nas suas mais variadas vertentes, nas pessoas e na fixação de mais pessoas no nosso território, sentimos a obrigação e o dever, como membros desta assembleia, nos associarmos ao município e apelar ao Governo para que, aquando da sua visita ao distrito de Braga, por altura do conselho de ministro que irá decorrer nos próximos dias 3 e 4 de maio em Braga, possa testemunhar "in loco" da relevância que tais projetos representam para Esposende. Para isso, apresentaremos a seguir uma moção a exortar o governo a incluir no PRR formas de alavancar os projetos que o município considera prioritários para continuar a fazer de Esposende um concelho com elevada qualidade de vida, dotando-o de melhores equipamentos e infraestruturas, fazendo com que continue a crescer do ponto de vista demográfico, para assim continuar a crescer do ponto de vista da sua economia e sustentabilidade.

Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados,

Sabemos que desde que foi eleito o atual Governo de maioria absoluta, o PS tem-se furtado a governar o país. Constantemente mergulhado em casos de justiça e em polémicas que atingem os seus membros, este governo absolutista tem no seu líder, o exemplo de um político que luta pela sua sobrevivência numa altura em que lhe é exigido que faça valer a sua autoridade, e assim assuma as suas responsabilidades perante os atos gravosos que muitos dos seus ministros e secretários de estado vão cometendo, demitindo-os, e repondo assim, a dignidade a um governo a quem já pouca ou nenhuma resta. Pelo contrário, mergulhado num completo descontrolo, a pretexto de um défice abaixo do previsto, a política de tributação desenfreada prevalece, registando-se a maior carga fiscal de sempre no país, o que segundo os dados oficiais, situa-se em 36,4% do PIB, um recorde histórico. Durante os mais de sete anos de governação de António Costa, não se fez investimento, mas continua-se a aumentar as receitas à custa do valor altíssimo dos impostos e da inflação. E como o que interessa agora, é não



perder terreno nas sondagens face à subida do PSD, passou a valer tudo para esquecer a malfadada TAP. Numa espécie de navegação à vista, anunciam-se medidas, mas só depois se pensa na sua eficácia e implementação, como aconteceu com a Habitação e o IVA 0. À custa da inflação e a pretexto do seu combate, o governo teima em não intervir na economia e multiplica a distribuição de subsídios de curta duração, continuando assim a sua caminhada ideológica, criando uma sociedade de subsídio dependência cada vez mais vincada numa franja significativa dos portugueses.

Assim vai um governo de maioria absoluta de quem se esperaria muito mais do que a sobrançeria do seu líder, e a distribuição indiscriminada de subsídios. Perante esta forma de governação, acabamos por entender a frustração demonstrada pela Senhora Ministra da Coesão Territorial aquando da sua visita ao concelho. Pois teve finalmente a oportunidade de participar num ato público que se traduziu na implementação de um projeto verdadeiramente estruturante, mas para o qual nada contribuiu em representação do Governo a não ser com o seu nome na placa evocativa do ato do lançamento da primeira pedra.

*Senhor Presidente da mesa,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores deputados,*

Retomando agora o resultado da execução orçamental de 2022 apresentado pelo executivo, dizer, senhor presidente, de que o grupo político do PSD se congratula com os resultados alcançados. Conforme dissemos no início desta intervenção, saídos de uma pandemia na expectativa de que 2022 fosse o ano do regresso à normalidade, deu-se o início da guerra na Ucrânia e a subida desenfreada da taxa de inflação. E perante essas adversidades, congratulamo-nos pelo facto de termos um executivo que soube, dentro de uma estratégia bem cimentada no rigor financeiro, redefinir prioridades, e arranjar soluções para mitigar os efeitos da inflação e de todos os constrangimentos que este período conturbado nos trouxe. De facto, alcançar 93.76 % na execução da receita, ou seja mais 3.44% do que em 2021, foi notável. Evidencia uma dinâmica económica assinalável no concelho, fruto da política assertiva que o município foi implementando ao longo dos anos e que tem resultado num aumento demográfico assinalável, que também acaba por se traduzir em mais receitas por força da boa dinâmica que a economia local apresenta. Um valor que poderia ser ainda superior se atendermos a que a taxa de IMI se fixa no mínimo legal e a carga fiscal no concelho ser das mais baixas da região. Feita a comparação com a previsão da receita para 2022, a execução está praticamente em linha com a previsão orçamental. Quanto à execução da despesa, esta atingiu os 73.49 %. Ou seja, mais 0.95% do que em 2021. Um valor também ele assinalável, pois só não foi superior por força dos constrangimentos de ordem formal e burocráticos na parte da execução do Plano Plurianual de Investimentos. Constrangimentos inerentes à inflação e à subida dos preços, que implicaram a revisão de orçamentos e estratégias, e por força de constrangimentos nos concursos, acabaram por adiar o início das empreitadas, como foi exemplo o processo de adjudicação do LISA que acabou por transitar para 2023. De salientar ainda, que o saldo de gerência se fixou em mais de 8M de euros e a capacidade de endividamento viu a sua margem positiva aumentar mais de 1.8M de euros em relação a 2021, fixando-se agora praticamente nos 22.3 M de euros.

Em suma, o Relatório de Gestão e a Prestação de contas para o ano de 2022 revela, uma vez mais, a excelente gestão feita pelo executivo dos dinheiros públicos, respondendo com eficácia



às despesas corrente, investindo com critério e assertividade na modernização do concelho e no melhoramento da qualidade de vida de quem cá vive.

Para terminar Sr. Presidente, não posso deixar de aludir ao processo de transferência de competência. Desde a publicação em diário da República da Lei-quadro das transferências de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, que o grupo político do PSD se mostrou solidário com o executivo e esteve contra a medida, não pela sua utilidade, mas pela forma como nos foi apresentada pela tutela. Numa lógica de responsabilidade na defesa dos interesses dos munícipes do concelho, aceitar as competências sem previamente saber o que viria com elas e em que condições para a esfera do município, foi para nós um sinal claro de que, a reboque de uma descentralização apressada, o governo simplesmente se queria ver livre dos constrangimentos inerentes ao funcionamento e a manutenção dos equipamentos das áreas funcionais abrangidas, atirando para as autarquias essas responsabilidades sem lhes atribuir o respetivo envelope financeiro para o efeito.

Uma forma de atuação do governo que reconhecemos hoje pela ligeireza com a qual vai anunciando as medidas que pretende implementar. Já naquela altura, o governo anunciava primeiro sem saber como fazer e que custos estariam associados à medida.

Felizmente que hoje, no momento de aceitar a transferência de competências na área da Saúde, e perante a insistência do executivo nas negociações que foi desenvolvendo com a tutela para garantir as verbas adequadas à responsabilidade que se prepara para assumir, constatamos que o tempo nos veio a dar razão e que, não fosse a persistente recusa em recebermos as competências, teríamos hoje que assumir com dinheiros próprios, os elevados custos com modernização e requalificação dos Centros de Saúde de Apúlia e Esposende que, pelo o que se sabe, se estimam em mais de 700 000.euros.

Felizmente assim não será. E por esse motivo o executivo está de parabéns. Uma vez mais, e ao contrário da irresponsabilidade demonstrada pelo do PS que sempre defendeu as transferências de competência no formato como nós foi inicialmente apresentado, o Sr. Presidente da Câmara demonstrou a lucidez necessária para evitar um negócio ruinoso para o concelho, demonstrando também a resiliência que se exige de um presidente de câmara para garantir junto da tutela, os montantes adequados que permitiram receber agora as competências na área da saúde sem encargos adicionais para os munícipes do concelho.

Termino, Sr. Presidente, deixando duas notas de felicitações:

A primeira relacionada com a regeneração urbana. Pelo que felicitamos o município pelos bons resultados que o Plano de Ação proposto para a Regeneração Urbana alcançou até ao momento. Ficamos a saber na sessão sobre a regeneração urbana levada a cabo pelo município, de que o investimento do município na reabilitação urbana já ultrapassou os 6M de euros no nosso concelho. O que significa o excelente aproveitamento que a Câmara faz dos apoios existentes nessa área. A título de exemplo, e entre muitas outras executadas e em execução, destacamos a obra do Museu do Sargaço em Apúlia, inaugurada no passado fim de semana, ou a requalificação do Largo Rodrigues Sampaio ou do mercado municipal, atualmente em curso.

A segunda nota, tem a ver com o dinamismo que o município evidencia ao longo de todo o ano, na sua ação lúdica e desportiva. Desta feita, damos os parabéns à câmara por mais uma edição do Luso Galaico e pelo sucesso que o VIIº Trail de Esposende obteve. Iniciativas relevantes que trazem imensas pessoas de fora do concelho até nós. O que representa uma



mais valia para o turismo e a economia local.”-----

Interveio o Sr. Deputado Municipal, Otilio Hipólito, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo referido:

*“Ex.mo Senhor Presidente da Mesa, e demais membros da Mesa,
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Ex.mos Senhores Vereadores,
Ex.mos Senhores Deputados,
Estimado Público,*

***1 - MOÇÃO “PELO RECONHECIMENTO DA RELEVÂNCIA E DO MÉRITO DOS PROJETOS APRESENTADOS POR ESPOSENDE NO SENTIDO DE QUE O GOVERNO OS INCLUA NO PRR, PORTUGAL 2030 OU OUTRAS MODALIDADES DE FINANCIAMENTO”.*-----**

“Os programas de apoio que a União Europeia coloca à disposição dos seus membros têm um objetivo bem definido: contribuir de forma decisiva na melhoria das condições de vida das populações, não só no desenvolvimento sustentado dos territórios, como também através do impacto que podem ter na dinamização das diversas economias dos países abrangidos. No caso específico do Plano de Recuperação e Resiliência, um programa de âmbito nacional, com um período de execução até 2026, que tem como objetivo implementar um conjunto de reformas e de investimentos destinados a impulsionar o país no caminho da retoma, do crescimento económico sustentado e da convergência com a Europa ao longo da próxima década, tendo como orientação um conceito de sustentabilidade inspirado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, está alinhado com os seis pilares relevantes da estratégia europeia 2030, nomeadamente:

- Transição verde;*
- Transformação digital;*
- Crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, incluindo coesão económica, emprego, produtividade, competitividade, investigação, desenvolvimento e inovação, bem como um Mercado Único em bom funcionamento com pequenas e médias empresas (PME) fortes;*
- Coesão social e territorial;*
- Saúde e resiliência económica, social e institucional, inclusive com vista ao aumento da capacidade de reação e preparação para crises;*
- Políticas para a próxima geração, crianças e jovens, incluindo educação e competências.*

Considerando o principal desígnio dos programas de apoio, sejam europeus ou Nacionais, contribuir de forma decisiva na melhoria das condições de vida das populações, não só no desenvolvimento sustentado dos territórios, como também através do impacto que podem ter na dinamização das diversas economias dos países abrangidos, cumpre aos Municípios fazer a sua parte, levando a cabo os projetos e executando as medidas tendentes ao cumprimento desses desígnios. Esposende fez o seu trabalho. Desenvolveu e deu a conhecer 14 projetos tidos como fundamentais para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da nossa população.

O Município de Esposende tem um rumo bem definido, estruturado em função das reais necessidades do território e da população. Importa lembrar que, o concelho de Esposende foi o município de média dimensão do Norte que registou, nos Censos 2021, o maior aumento da população, relativamente aos números da última contagem, em 2011. No distrito de Braga, Esposende apenas é ultrapassado pela capital de distrito.

Segundo os dados revelados, Esposende tem agora 35.145 habitantes, quando, em 2011, tinha 34.256. Estes valores atestam os indicadores recolhidos pela Câmara Municipal de Esposende, na monitorização das medidas adotadas para a fixação de habitantes, nomeadamente o apoio ao desenvolvimento económico e a fixação de empresas, o ensino e a cultura, o desporto e o ambiente.

É com base em dados como os que agora apresentamos que se planeia, que se define as linhas de ação do futuro, com a elaboração de projetos, equacionando a hipótese de serem contemplados por programas de financiamento, como forma de reconhecimento do mérito e dimensão.

O que está em causa no concelho de Esposende são projetos de grande valia que contribuirão para a consolidação da implementação de um planeamento estratégico bem alicerçado na dinamização da economia nas suas mais variadas vertentes, nas pessoas e na fixação de mais pessoas no nosso território.

Projetos como: Parque da Cidade, Zona Desportiva Norte, instalações para o IPCA, Instituto Multidisciplinar de Ciência e Tecnologia Marinha (a instalar na Estação Radionaval de Apúlia), Rede Municipal de Miradouros e Centro Interpretativo (a instalar no Forte S. João Batista), entre outros, reúnem todas as condições e mérito para serem apoiados financeiramente pois, não temos dívidas, consubstanciam o principal designio dos programas de apoio.

Face a esta problemática, e considerando que o Município de Esposende não viu contemplado em nenhum mecanismo de apoio nenhuma das intervenções supra referenciadas, apelamos à sensibilidade do Governo para que, reconheça a relevância que tais projetos representam para Esposende, apelando, também, ao governo para que este inclua no PRR ou outras modalidades de financiamento ou formas de alavancar os projetos que o Município considera prioritários para continuar a fazer de Esposende um concelho com elevada qualidade de vida, dotando-o de melhores equipamentos e infraestruturas, fazendo com que continue a crescer do ponto de vista demográfico, para assim continuar a crescer do ponto de vista da sua economia e sustentabilidade.

Propomos à Assembleia Municipal a aprovação da presente Moção, e que dela se dê conhecimento ao Governo, ao Presidente da Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR bem como a todos os Grupos Parlamentares dos partidos com assento na Assembleia da República. -----

Interveio de seguida o Sr. Deputado Municipal Independente, Marcelino Cunha, tendo feito a seguinte intervenção política:

*"Ex.mo Senhor Presidente da Mesa,
Ex.ma Mesa,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Demais Autarcas,*



*Ex.mo Público,
Ex.ma Mesa de apoio aos trabalhos,
Muito boa noite!*

Permita-me que comece por intervir em defesa da honra, face ao que aconteceu na última Assembleia, onde se têm discutido assuntos como "facadas pelas costas" segundo Luís Peixoto, em tempos passados e, na última Assembleia o "cavalgar das ondas de populismo" e "vender almas ao diabo" segundo o porta-voz do PSD, Arq.to António Morgado.

Quanto ao PSD, pela voz de António Morgado, devo dizer que na sua intervenção na Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2023, quando fez referência á "cavalgada de ondas de populismo", qualificou não só o Partido Socialista, seus deputados e vereador, o CHEGA e a minha pessoa, pelo facto da passagem a Independentes!

Do mesmo discurso eu percebi perfeitamente o contexto que visava a pessoa que deixou o Chega e que essa mesma pessoa continua a ocupar um lugar na Assembleia Municipal, como se de um oportunista se tratasse, percebi clara mente que António Morgado estava a "cavalgar a onda do PSD".

Se querem atacar o CHEGA, eu ajudo, pois, sou credor moral e financeiro desse partido.

No entanto, também não nasci para "ser carneiro do rebanho de ninguém" e muito menos para apoiar ações desonestas ou falsos profetas.

Segundo Kant, Immanuel Kant: "O sábio pode mudar de opinião. O ignorante não".

Muitos dos presentes nesta sala mudaram de partido e não deixaram de ser gente de valor.

Sendo o Sr. Arquiteto António Morgado, porta-voz do PSD nesta Assembleia, reporte ao seu partido que aprenda a ouvir e respeitar as opiniões e opções dos outros, porque o seu partido não é bom exemplo para estes casos.

Podia eu ter renunciado ao cargo de deputado desta Assembleia Municipal da mesma forma que renunciei ao Partido Chega, só que antes com CHEGA e agora sem CHEGA a consciência continua a dizer-me que tenho que cumprir o mandato, pois, em substituição, pois sou o mesmo.

Provavelmente o PSD preferia que esse lugar ficasse vago ou que eu calasse para o lado de um qualquer "grupo de vendidos".

Enganaram-se!

Até porque muito antes de muitos, já o PSD foi PPD, mudou, e hoje é o PPD/PSD e com líderes que já foram de outros partidos.

Quanto ao "vender a alma ao diabo", dizer que eu vendi a alma ao diabo, tenho que lhe dizer: O Sr. não me conhece nem pessoalmente nem politicamente para dizer que eu vendi alguma coisa a quem quer que seja.

Oiça-me com atenção e guarde para a sua vida: Há 50 anos que Portugal é saqueado por diabólicos "esquadrões de assalto organizadamente legalizados", alternadamente, PS e PSD.

Registe: Esposende não tem um hospital feito de raiz porque alguém "vendeu a alma ao diabo".

- Não fui eu!

Defender princípios não é a mesma coisa que defender interesses.

Note: Quem vende a alma ao diabo, não tem retorno.

-Eu regressei á minha independência!

Passarei de seguida à minha intervenção política.



*"Ex.mo Senhor Presidente da Mesa,
Ex.ma Mesa,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Demais Autarcas,
Ex.mo Público,
Ex.ma Mesa de apoio aos trabalhos,*

Na última Assembleia Municipal fiquei impressionado com a convicção com que o Sr. Presidente Benjamim Pereira defendeu o licenciamento de uma nova "Edificação na Foz do Neiva" com estas palavras:

"Já lá existia uma casa, foi demolida deixando de existir, e é licenciada uma nova construção com base na que lá existiu".

Ora, esta teoria faz prática quando não há condicionantes para uma construção de raiz. Neste caso, aplica-se a regra do distanciamento à linha de água que não permite esta nova construção.

O Sr. Presidente mentiu, como Engenheiro e Arquiteto mentiu, atirando areia para os olhos dos presentes. O Sr. Presidente ficou irritado com a denúncia, bem trazida pelo Dr. Tito e que eu mesmo já havia feito referência a esta e outras situações similares.

Assim, e porque o PSD tanto reclama da oposição, pela falta de discussão de assuntos de interesse comum, pela falta de propostas da oposição, percebam e aceitem que denunciar é um dever, discutir opiniões é buscar o consenso, não concordar não é crime, não dizer a verdade não é crime.

- Mentir pode ser crime!

Não quero dizer que estejamos perante um caso de corrupção, absolutamente, mas fiquei a pensar:

Porque é que o Presidente mentiu com tanta ligeireza em vez de explicar porque é que a Câmara foi obrigada a aprovar?

- Para preservar a democracia é preciso que existam políticas que promovam a transparência, a responsabilidade, liberdade de imprensa, prestação de contas, enfim, que capacitem os cidadãos de participar nos processos políticos.

Ora segundo o "Manifesto: Por Uma Democracia de Qualidade",

Isso só é possível através da eleição de representantes que respondam diretamente aos seus eleitores.

Por último apresentarei uma Recomendação, nos seguintes termos:

1 - RECOMENDAÇÃO AO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL PARA QUE FAÇA DE UM DIA DA SEMANA, SEMANALMENTE OU QUINZENALMENTE, "O DIA ABERTO PARA ATENDIMENTO DO MUNÍCIPE".

"Já aqui o afirmei e mais uma vez confirmei a voz corrente de que o Sr. Presidente da Câmara evita atender os munícipes. A verdade é que já vai em Arouca que o Presidente da Câmara de Esposende "tem um túnel para sair sem ser visto" e não ser confrontado pelos descontentes.

Continuo a ouvir munícipes e de facto continuam a apontar a falta de atendimento do

Presidente da Câmara.

- Assim, recomendo ao Sr. Presidente que o próprio faça de um dia da semana, SEMANALMENTE OU QUINZENALMENTE, "o dia aberto para atendimento do munícipe".

E assim... fará Democracia.

Há Presidentes de Câmara que o fazem."-----

2 - RECOMENDAÇÃO AO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL PARA QUE, REVEJA COM O VEREADOR COM COMPETÊNCIA DELEGADA, E DISPENSEM MAIOR ATENÇÃO À DIFERENÇA ENTRE VIATURA COMERCIAL/TRABALHO E O AUTOMÓVEL DE PASSAGEIROS, NO QUE DIZ RESPEITO AO ESTACIONAMENTO, EMBORA EM ZONA COM SINALÉTICA DE PROIBIÇÃO E, QUE, FAÇA CHEGAR AO COMANDO DA GNR DE ESPOSENDE, PARECER COM APLICAÇÃO AJUSTADA, FACE À FALTA DE ESTACIONAMENTO NA CIDADE.-----

"Todos sabemos da propaganda feita, para apoio ao "Comércio Local" coisa que deve ser continuada e não esporádica.

Acontece, porém, que os poucos comerciantes das poucas ruas com comércio na cidade, são multados com frequência por terem os veículos de trabalho, parados ou estacionados para carga e descarga, o mais próximo possível dos seus estabelecimentos, embora em zona com sinalética de proibição.

Há comerciantes que lá fazem a devida reclamação das coimas justificando a necessidade e, são "apoiados" com o agravamento da coima.

Sr. Presidente, não é justo, não é correto.

Recomendo a Vª Exª reveja esta necessidade com o Sr. Vereador Sérgio Mano - "Vereador com competência delegada", para dispensar maior atenção à diferença entre a viatura comercial/trabalho e o automóvel de passageiros e que faça chegar ao comando da GNR de Esposende parecer com aplicação ajustada. Até porque é evidente e irritante a incrível falta de estacionamento na cidade."-----

Pelas 21 horas e 20 minutos, foi pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, proposto, prorrogar o Período de Antes da Ordem do Dia, por mais 30 minutos. Colocada a votação, foi aprovada por unanimidade.-----

Intervio de seguida a Sr.ª Deputada Municipal Independente, Anabela Solinho, tendo referido:

"Boa noite a todos,

Senhor Presidente da Assembleia, mesa,

Senhor Presidente da Câmara,

Respetivos Vereadores,

Senhores Presidentes de Junta,

Senhores Deputados,

Público em geral,

A propósito Abril, gostaria também de deixar aqui umas palavras por favor.

As conquistas de Abril deverão ser sempre reiteradas todos os anos e dia a dia, a fim de que a memória de cada um, e a coletiva as repense num ato de valorização, consolidação e, acima de tudo, num ato de reflexão, para que os erros do passado não se repitam.

O medo instalado no regime ditatorial, não se perdeu totalmente, prolonga-se quando se ouvem palavras xenófobas, misóginas, entre outras, que estão em crescendo, porque na verdade a democracia ainda gatinha de barriga rasante ao chão e não amadureceu o suficiente para se afirmar. Uns não querem e os outros não se esforçam.

A nível do Município de Esposende, a democracia não se encontra no respeito pelos ecossistemas humanos, animais e naturais. Vejamos, no mandato do atual executivo da Câmara, pouco se fez de saneamento, continuamos com défice de habitação social e de habitação para a classe média, as assembleias municipais ainda não são transmitidas ao público, aguarda-se com expectativa o aparecimento do Centro de Recolha Oficial (CRO), a natureza é um privilégio, porque existe, portanto, não a estraguemos.

A mudanças esperada no 25 de Abril ainda tem de acontecer com passadas grandes e firmes, para isso, é necessário querer e agir, da parte de muitos, muitos mais do que os que até então o têm feito. Abril iniciou um processo de valorização do homem, e não, de sobrevalorização das suas capacidades.

Tenhamos esperança nos valores de Abril, na construção de um futuro estruturante no Município, começando pela formação contínua do nosso povo.

Viva a liberdade, responsável, acima de tudo!

Viva Portugal!

Viva Abril de 74!

Pedia agora autorização para fazer a minha intervenção política.

O Senhor Presidente da Assembleia afirmou que ainda este ano iria deslocalizar a Assembleia e, eu relembro, que só faltam duas sessões ordinárias, até ao fim deste ano, ou três.

Outra nota seria sobre o Centro de Saúde de Apúlia, saber o estado da arte do mesmo e, se tarda o processo. Perguntar se está pensada a respetiva mobilidade da população de Apúlia para o Centro de Saúde de Fão, porque é caótico ver as pessoas andar à boleia de vizinhos que mal podem também, enfim, está a ser um pouco problemático.

A nível pessoal, estas escadas carecem de uma marcação, eu tenho problemas visuais e não tenho leitura 3D de um dos olhos e vejo rampas, seria necessário de alguma maneira ter um cuidado com isso.

Muito obrigada!"-----

O Senhor Presidente da Mesa agradeceu o alerta, referindo que iriam ter isso em atenção, tendo esclarecido também, que a Senhora Deputada tinha estado ausente numa das assembleias, onde tinha sido anunciado que estava criado um grupo de trabalho para elaboração de um Regulamento com vista à regulação das transmissões das assembleias e, também, tinha sido definido, que a Assembleia Municipal de setembro seria na Vila de Forjães.-----

Interveio de seguida o Sr. Deputado Municipal, Tito Evangelista e Sá, do Grupo Político do PS, tendo feito a seguinte intervenção política:



"Muito boa noite a todos,

Eu começaria por levantar uma questão que eu vi anunciada e que convém ser esclarecida, antes que saia asneira.

Eu li na comunicação social que a Câmara teria adjudicado por ajuste direto, o projeto de uma ponte pedonal em Gemeses, entre Gemeses e Fonte Boa.

A Barca do Lago e a zona de Gemeses é altamente sensível do ponto de vista paisagístico, histórico e até cultural. Qualquer coisa que se faça nessa zona, tem que ser com o maior cuidado, para não estragar tudo aquilo e para não causar um entrave futuro.

Também não percebo porque razão se foi adjudicar por ajuste direto o projeto dessa ponte, independentemente de quem é o arquiteto, ainda vou aqui falar para não pessoalizar as coisas. Na minha opinião, o objetivo a ser feito, devia ser se, a ideia é fazer uma ponte, devia ser lançado um concurso de ideias, que era uma posição muito mais democrática, muito mais aberta, muito mais criativa, que pudesse sair daí, algo mais interessante para o concelho e evitar um disparate, que pode ser a construção de uma ponte naquele sítio, se não for bem acautelado o que vai ser feito, que é uma zona altamente sensível e das mais bonitas, não só do concelho, como de toda a região.

Eu agora, passando isso, gostava de me referir à intervenção do PSD pela voz do arquiteto Morgado. O PSD tem um discurso errático, só é coerente numa coisa, que é na oposição à oposição. Tem uma obsessão pelo PS, tem uma obsessão pelo PS local e tem uma obsessão pelo Governo, tirando isso, é errático, porque senão vejamos, vêm aqui com Moções e com apelos, para que o Governo apoie o Concelho de Esposende, e logo a seguir, insultam o Governo e insultam o Primeiro-Ministro. Qualquer pessoa medianamente inteligente percebe que isto é uma contradição, é um contrassenso. Então nós vamos pedir a um Governo e a um Primeiro-Ministro que apoie Esposende e logo a seguir, na mesma frase, já estamos a insultá-lo, sinceramente não percebo. Depois vêm dizer que o Governo queria transferir para as autarquias, na reforma que está a ser feita de descentralização, uma quantidade de competências, os bandidos do Governo, e a Câmara de Esposende, essa resistente qual Asterix e Obélix, neste Império Romano, a Câmara de Esposende não aceitava, alguém se lembra ou alguém se esqueceu que no anterior mandato, a Junta de Apúlia e Fão pediu à Câmara Esposende, para lhe transferir as competências que a Câmara podia e devia ter transferido para a Junta, e a Câmara nem resposta lhes deu.

Querem Câmara mais centralista do que a Câmara de Esposende?

Uma Câmara que andou aqui a resistir até ao limite legal, para não receber competências, manifestamente por alinhamento e boicote político.

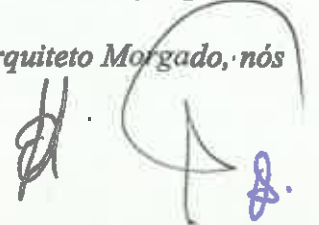
Há uma quantidade de competências que se fossem transferidas para o concelho mais cedo, tinham tido utilidade para o concelho e assim, não tiveram. E aliás, hoje vem uma, que é a da saúde, também no limite dos limites, porque já não podia ser mais, porque a Câmara sempre que pôde resistiu a receber qualquer tipo de competência.

A Câmara tem aquela velha máxima do olha para o que eu digo, não olhes para o que eu faço. Queixa-se do Governo, mas às Juntas do concelho, há uma só que pediu transferências no anterior mandato que foi a de Apúlia e Fão, a Câmara nem resposta lhe deu.

Apresentaram-lhe uma proposta, apresentaram-lhe um envelope financeiro, zero!

Portanto, tudo aquilo que a Câmara se queixa que o Governo lhe faz, a Câmara fez pior no seu próprio concelho.

E, portanto, nós estamos muito mal, ao contrário do que diz o Senhor Arquiteto Morgado, nós



estamos muito mal geridos neste concelho e as contas que fez aqui, já me estou a antecipar porque o assunto virá a seguir, as contas que veio aqui tão elogiar, não são motivo de elogios, são motivo de vergonha para uma Câmara, com uma taxa de execução péssima. O Governo se tivesse uma taxa de execução daquelas, era completamente torpedeado no Parlamento.

Há uma questão ainda que eu gostava de aqui deixar, hoje o PSD teve uma iniciativa, tirou um coelho da cartola, que são as Moções e Recomendações para mandar para o Governo.

Os projetos de que o PSD fala hoje, são projetos que já constam, alguns de vários planos, de vários anos, alguns até já vêm de mandatos anteriores. E, não vi até agora o PSD vir com Moções e Recomendações. Se o objetivo é dizer assim "vamos entalar o PS, para o PS votar a favor destas Moções e Recomendações", para apoiar projetos que o PS nem concorda, que o PS entende que os projetos que deviam ser prioridade neste concelho eram projetos de construção de habitação social, que este Presidente da Câmara não fez uma única, desde que está na Câmara, eram projetos que têm a ver com saneamento, que é uma vergonha no concelho de Esposende, haver freguesias inteiras que não têm rede saneamento, é um desfilar constante de cisternas e de camiões cisternas a despejar fossas. Isso é uma manifestação de atraso do nosso concelho, não é nada aquela onda de progresso e modernidade que aqui foi dito; e se é verdade que o concelho de Esposende aumentou a população, deve-se a duas Uniãos de Freguesia, porque todas as outras perderam população. Vila Chã perdeu mais de 10% da população e, Belinho e Mar, mais ou menos a mesma coisa e todas as freguesias perderam população, apenas Esposende, Marinhas e Gandra e, Apúlia e Fão e Gemeses aumentaram a população. Gemeses talvez pelo fenómeno da Quinta da Barca, mas uma coisa muito ligeira. Portanto, tudo o resto perdeu população. E porque é que perdeu população? Onde é que está o investimento nas freguesias? Nada!

Mas isso deixaremos para as intervenções futuras.

Obrigado."

Por último, interveio o Sr. Deputado Municipal Francisco Melo, do CDS-PP, fazendo a intervenção política que se transcreve:

"Exmos.

Senhor Presidente da Assembleia,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores,

Senhores Presidentes de Junta,

Senhores Deputados Municipais,

Esposendenses aqui presentes,

Celebramos há um par de dias a Revolução do 25 de abril de 74, acontecimento que marcou o início da vida democrática em Portugal.

Queria por isso, imbuído do espírito de abril, apresentar as seguintes saudações democráticas:

Ao PS de Esposende, pelos 50 anos da fundação do Partido Socialista;

Ao PSD de Esposende, pela eleição da sua nova Comissão Política Concelhia;

À Câmara Municipal, pela cerimónia de colocação da primeira pedra do futuro Laboratório de Investigação e Sustentabilidade Alimentar. Foi um evento muito bem organizado, e que estou certo, ter causado boa impressão ao Governo.

Mas agora, vem o principal e mais importante, chegarmos à colocação da última pedra, que foi o que aconteceu com o Museu do Sargaço em Apúlia, um espaço que representa um grande salto na cultura em Esposende, é que a todos nos orgulha. É uma obra que enriquece o concelho e, particularmente, a vila de Apúlia e que fará a diferença.

Apresentados os cumprimentos iniciais, gostaria de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara o seguinte:

Em fevereiro do ano passado, o Município apresentou um estudo para intervir na barra do Cávado e na Restinga de Ofir, na apresentação, perpassou a ideia, de que, uma intervenção daquela natureza, implicará um esforço financeiro elevado, sendo por isso essencial a comparticipação por parte do Governo. 14 meses depois, perguntamos Senhor Presidente, que desenvolvimentos é que o assunto teve.

Outro assunto, na próxima semana assinalar-se-ão 6 meses, desde a aprovação por esta Assembleia, da desagregação das nossas freguesias. A bola como sabemos, está agora do lado da Assembleia da República, certo é que, passado meio ano, nunca mais tivemos notícias, pelo que pergunto também Senhor Presidente, à boleia até da sua recente deslocação ao Parlamento, quais são os últimos desenvolvimentos que tem nesta matéria.

Caros membros desta assembleia, iniciou-se no passado dia 15, o período de inscrições para o primeiro ano do ensino básico.

Em incursão por algumas das nossas escolas básicas, foram-nos reportadas várias promessas por parte do executivo, de intervenções de melhoria, mas que tardam em ganhar ação.

Exemplo paradigmático é o da escola básica de Esposende, que apresenta um espaço de recreio desgastado e sem equipamentos, inadequado para as nossas crianças brincarem.

Apelo por isso à Senhora Vereadora da Educação, pessoa de enorme competência e conscienciosa, que dedique especial atenção a este assunto, porque estamos a falar do futuro da nossa terra, as nossas crianças, e estas, devem dispor de melhores espaços de recreio, que facilitem o seu desenvolvimento global.

Ainda na temática escolar, chegam nos também perguntas sobre o estado da requalificação da Escola Secundária Henrique Medina, qual o ponto de situação Senhor Presidente da Câmara?

Caros membros desta assembleia, apesar de só agora ter chegado a primavera, às temperaturas no exterior anunciam um verão antecipado, é por isso espectável a corrida progressiva às nossas praias, de Apúlia a Belinho, passando por Fonte Boa e Forjães, alguns casos são sinónimos de confusão no trânsito, sem espaços adequados para o estacionamento. No ano passado houve a boa notícia de melhores acessos junto à praia de Rio de Moinhos, para este ano Senhor Presidente da Câmara, que medidas tem o executivo já pensadas para mitigar os crónicos problemas de estacionamento?

Ainda na matéria de mobilidade, de Forjães, chegam-nos apelos para que o executivo promova intervenções de melhoria na Rua da Vessada, para ser uma alternativa à Estrada Nacional, e na Travessa da Avenida 30 de Junho, para facilitar o trânsito no centro da vila.

Senhor Presidente da Câmara, em qualquer cidade ou vila do nosso querido Portugal, há sempre uma rua típica, que simboliza a sua traça identitária, onde todos os locais e forasteiros confluem. Na cidade de Esposende ninguém duvidará, de que a Rua 1º de Dezembro, ou Rua Direita, é um cartão de visita da nossa cidade. Pois bem, qualquer pessoa mais atenta, reparará que a Rua Direita se está a transformar numa espécie de Costa Nova, mal ensaiada.

É uma fachada aqui pintada a amarelo torrado, uma fachada ali pintada a vermelho vivo, mais uma fachada acolá pintada em tons verdes, que fazem lembrar para meu desgosto, os azulejos do estádio de Alvalade. Pergunto-lhe por isso Senhor Presidente, se não deverá



existir aqui uma harmonia nas fachadas que compõem a Rua Direita, ou se isto, é realmente ao gosto de cada um.

Custa-me a acreditar que nesta matéria a Câmara esteja de mãos atadas.

Muito obrigado!"

Terminado este período, pelas 21 horas e 40 minutos pelo Senhor Presidente da Mesa foi proposto suspender os trabalhos por 5 minutos para conferência de líderes, a fim de discutirem os votos, as moções e recomendações apresentadas.

Pelas 21 horas e 45 minutos foram retomados os trabalhos, tendo-se procedido à votação dos votos, das moções e recomendações apresentadas, tendo-se obtido as seguintes votações:

1 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE OTÍLIO DIAS HIPÓLITO.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 26 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PPD/PSD, DO CDS-PP, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS E DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES, E 4 ABSTENÇÕES DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE OTÍLIO DIAS HIPÓLITO, SUBSCRITO PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DO CDS-PP.

MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTE VOTO DE PESAR, APRESENTANDO AS MAIS SENTIDAS CONDOLÊNCIAS À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA.

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

"À semelhança das declarações de voto efetuadas nos votos de pesar que foram deliberados na anterior de Assembleia Municipal, o PS abstém-se, não por não sentir pesar pela morte das pessoas falecidas, mas porque, a forma como é redigido o voto de pesar é redutora, no sentido que diz, que são os membros do CDS e do PSD nesta assembleia, que sentem a dor pelo falecimento. Ora nós não podemos votar a dor dos outros, se os votos de pesar dissessem que, os membros desta assembleia, neste momento de dor, apresentam o seu pesar pelo falecimento, aí tudo bem, estamos todos acordo, agora dizer que são os membros do CDS e do PSD que sentem o seu pesar, nós não podemos votar a dor dos outros."

2 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOSÉ FERNANDES CACHADA.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 26 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PPD/PSD, DO CDS-PP, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS E DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES, E 4 ABSTENÇÕES DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOSÉ FERNANDES CACHADA, SUBSCRITO PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DO CDS-PP.

MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTE VOTO DE PESAR,

APRESENTANDO AS MAIS SENTIDAS CONDOLÊNCIAS À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA.---

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

"À semelhança das declarações de voto efetuadas nos votos de pesar que foram deliberados na anterior de Assembleia Municipal, o PS abstém-se, não por não sentir pesar pela morte das pessoas falecidas, mas porque, a forma como é redigido o voto de pesar é redutora, no sentido que diz, que são os membros do CDS e do PSD nesta assembleia, que sentem a dor pelo falecimento. Ora nós não podemos votar a dor dos outros, se os votos de pesar dissessem que, os membros desta assembleia, neste momento de dor, apresentam o seu pesar pelo falecimento, aí tudo bem, estamos todos acordo, agora dizer que são os membros do CDS e do PSD que sentem o seu pesar, nós não podemos votar a dor dos outros."-----

3 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO. PADRE ALFREDO SALEIRO CARDOSO.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 26 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PPD/PSD, DO CDS-PP, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS E DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES, E 4 ABSTENÇÕES DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO PADRE ALFREDO SALEIRO CARDOSO, SUBSCRITO PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DO CDS-PP.-----

MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTES VOTOS DE PESAR, APRESENTANDO AS MAIS SENTIDAS CONDOLÊNCIAS À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA.---

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

"À semelhança das declarações de voto efetuadas nos votos de pesar que foram deliberados na anterior de Assembleia Municipal, o PS abstém-se, não por não sentir pesar pela morte das pessoas falecidas, mas porque, a forma como é redigido o voto de pesar é redutora, no sentido que diz, que são os membros do CDS e do PSD nesta assembleia, que sentem a dor pelo falecimento. Ora nós não podemos votar a dor dos outros, se os votos de pesar dissessem que, os membros desta assembleia, neste momento de dor, apresentam o seu pesar pelo falecimento, aí tudo bem, estamos todos acordo, agora dizer que são os membros do CDS e do PSD que sentem o seu pesar, nós não podemos votar a dor dos outros."-----

4 - MOÇÃO "PELO RECONHECIMENTO DA RELEVÂNCIA E DO MÉRITO DOS PROJETOS APRESENTADOS POR ESPOSENDE NO SENTIDO DE QUE O GOVERNO OS INCLUA NO PRR, PORTUGAL 2030 OU OUTRAS MODALIDADES DE FINANCIAMENTO".-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 25 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PPD/PSD, DO CDS-PP, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS E DO DEPUTADO INDEPENDENTE MARCELINO CUNHA, E 5 ABSTENÇÕES DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E DA DEPUTADA

INDEPENDENTE ANABELA SOLINHO, APROVAR A MOÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD.-----

MAIS DELIBEROU, QUE DELA SE DÊ CONHECIMENTO AO GOVERNO, AO PRESIDENTE DA COMISSÃO NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO DO PRR, BEM COMO, A TODOS OS GRUPOS PARLAMENTARES DOS PARTIDOS COM ASSENTO NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

"O PS abstém-se porque nada tem contra, que o Governo se entender, subsidie ou apoie as obras que a Câmara está a executar ou quer lançar. Mas, essas obras não são a nossa prioridade, nem são a prioridade do Partido Socialista, achamos que o Governo devia apoiar sim, e de forma muito importante, a construção de habitação no concelho de Esposende, o alargamento da rede de saneamento no concelho de Esposende, a melhoria da rede viária no concelho de Esposende, a melhoria da rede de transportes no concelho de Esposende, verdadeiras prioridades sociais, que neste caso não estão contempladas. Não temos nada contra as obras, mas achamos que não são prioritárias na sua generalidade e que, algumas delas até são dispensáveis.

Por isso abtemo-nos."-----

Pela Deputada Independente Anabela Solinho, foi apresentada declaração de voto que se transcreve:

"Abstive-me pelo facto de os projetos referenciados ainda serem objetivo do atual executivo, espero que isto não seja motivo para a não concretização dos mesmos, porque de facto, não é certo que estes sejam incluídos no PRR."-----

Pelo Grupo Político do CDS-PP foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

"O Grupo Municipal do CDS vota a favor desta Moção, no entanto gostaríamos aqui de reiterar aquilo que dissemos na nossa primeira sessão neste mandato. É importante que o executivo concerte esforços com os grupos políticos locais, quer aqueles presentes nesta assembleia e que também têm representação do Parlamento, quer com outros, caso do Bloco de Esquerda que apesar de aqui não estar, mas que também, está presente no Parlamento. Uma vez que, só assim, concertando esforços, é que poderemos ser melhor sucedidos e portanto, não nos devemos ficar apenas por aqui. E nesse sentido, de não ficar apenas por aqui, lanço também aqui um apelo ao executivo na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, para, quando o Doutor Luís Montenegro vier a Esposende no âmbito do Sentir Portugal, que não se fique apenas por mostrar obra feita, mas vá também pelo menos a algum destes sítios onde pretende concretizar os investimentos, pois é importante também mostrar, aquele que provavelmente será o próximo Primeiro-Ministro de Portugal, a urgência desses projetos estarem incluídos nesses financiamentos aqui referidos."-----

5 - RECOMENDAÇÃO AO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL PARA QUE FAÇA DE UM DIA DA SEMANA, SEMANALMENTE OU QUINZENALMENTE, "O DIA ABERTO PARA ATENDIMENTO DO MUNÍCIPE".-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 22 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DE TODOS OS

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, 1 ABSTENÇÃO DA DEPUTADA INDEPENDENTE ANABELA SOLINHO, E 7 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PS, DO CDS-PP E DO DEPUTADO INDEPENDENTE MARCELINO CUNHA, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO DEPUTADO INDEPENDENTE MARCELINO CUNHA.-----

Pelo Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

"Votamos contra, pelo facto de ser impossível ao Senhor Presidente definir um horário fixo para atendimento, pois diariamente está confrontado com reuniões e solicitações relacionadas com a gestão do Município, seja internamente, seja fora da Câmara. A metodologia de atendimento já existe, pelo que votamos contra, esta Recomendação."-----

Pela Deputada Independente Anabela Solinho, foi apresentada declaração de voto que se transcreve:

"Eu abstenho-me, pelo facto de não me agradar e não me parecer adequado, o uso linguístico."-----

6 - RECOMENDAÇÃO AO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL PARA QUE, REVEJA COM O VEREADOR COM COMPETÊNCIA DELEGADA, E DISPENSEM MAIOR ATENÇÃO À DIFERENÇA ENTRE VIATURA COMERCIAL/TRABALHO E O AUTOMÓVEL DE PASSAGEIROS, NO QUE DIZ RESPEITO AO ESTACIONAMENTO, EMBORA EM ZONA COM SINALÉTICA DE PROIBIÇÃO E, QUE, FAÇA CHEGAR AO COMANDO DA GNR DE ESPOSENDE, PARECER COM APLICAÇÃO AJUSTADA, FACE À FALTA DE ESTACIONAMENTO NA CIDADE.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 26 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PPD/PSD, DO PS E DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, 3 ABSTENÇÕES DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E DA DEPUTADA INDEPENDENTE ANABELA SOLINHO, E 1 VOTO A FAVOR DO DEPUTADO INDEPENDENTE MARCELINO CUNHA, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO DEPUTADO INDEPENDENTE MARCELINO CUNHA.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

"Votamos contra, porque embora percebendo a necessidade de agilizar o estacionamento de veículos para cargas e descargas em Esposende, dada a grave dificuldade de estacionamento em Esposende, isso só pode ser feito através da alteração da postura de trânsito, e, da criação de espaços para o efeito.

Era o que faltava, que a Câmara pedisse à GNR que não multasse quem está a transgredir. Era o que faltava, que a GNR aceitasse tal Recomendação, e era o que faltava, que isso fosse uma prática em Esposende.

Se Esposende é acusado de ser um concelho pouco democrático, depois disso então, seria como diz o brasileiro, "o fim da picada". Portanto, nós teremos que votar contra."-----

Pelo Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:



*"Votamos contra, porque a Câmara não pode alterar a regulamentação que vigora, sendo da responsabilidade da GNR atuar da melhor forma nestas situações.
A fiscalização compete à GNR e não aos Vereadores com competência nessa área, pelo que, votamos contra."*

INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:

Terminadas as votações dos votos, das moções e das recomendações apresentadas, o Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos senhores deputados municipais e também para a sua intervenção política, uma vez que, não havia pedidos de esclarecimento relativamente à Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara.

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi dito o seguinte:

*"Senhor Presidente e restante Mesa,
Senhores Vereadores,
Senhores Deputados,
Público presente,*

Tentando ser breve na resposta às várias questões que me foram colocadas, desde logo associar o executivo aos votos de pesar apresentados e, em particular, ao do Padre Alfredo Saleiro Cardoso, cujo funeral foi hoje à tarde e representei o Município nesse mesmo funeral, estando presente também o meu homólogo de Fafe, Município onde o Padre Saleiro paroquiava algumas freguesias. E foi por demais evidente o carinho que as pessoas dessas mesmas freguesias tinham por ele. São sempre momentos difíceis, uma pessoa nossa e, portanto, para além de achar oportuno, associo-me também a esses mesmos votos de pesar e oportunamente, na próxima Reunião de Câmara, apresentaremos também, um Voto de Pesar relativo à sua pessoa.

Quanto às questões aqui levantadas, pelo Senhor Deputado António Morgado, mais numa lógica de comentar a questão do IPCA, do lançamento da obra, foi efetivamente um momento histórico, não vou aqui historiar todo o processo, a dificuldade que foi levar esse processo por diante, desde o acordo com o IPCA, há alguns anos, até depois todo o histórico do processo, do licenciamento, do concurso, das impugnações em tribunal, tudo isso, até chegar aquele dia, que foi de facto um dia muito satisfatório para todos e cremos que dentro de 1 ano o edifício estará concluído, que é o prazo de execução da obra, um pouco menos de 1 ano, e poderá lá arrancar o ano letivo, já não será o de 23/24, mas será com toda a certeza o de 24/25.

De resto, esta nota, é uma obra cerca de 3,5 milhões de euros, efetivamente não tem qualquer tipo de apoio por parte do Governo, nem dos Fundos Comunitários que são geridos pelo Governo. Tentamos sensibilizar quer a Senhora Ministra da Coesão, quer a Senhora Ministra do Ensino Superior, para a importância do projeto, foi por demais evidente, os elogios surgiram de forma natural, é preciso que sejam acompanhados, de facto pelo enquadramento dessa obra, no sentido de não estarmos a onerar os municípios de Esposende, com aquilo que é uma competência e uma obrigação do próprio Estado, não compete aos municípios promover o ensino superior. Mas é tão importante para o nosso território, lá está, temos que fazer aquilo

que a Senhora Ministra disse, que é substituírmo-nos ao Estado.

Entretanto, inauguramos o Museu do Sargaço e inauguraremos no próximo sábado, pelas 17 horas e 30 minutos, e ficam desde já todos convidados, na Freguesia de Apúlia também, o campo do Grupo Desportivo de Apúlia.

Se somarmos estes valores todos, estamos a falar de cerca de 5 milhões de euros de investimento do Município e, em menos de 1 mês, nós lançamos uma obra e inauguramos duas, com o valor dessa ordem de grandeza.

Eu acho que isto, se precisássemos de resumir tudo aquilo que é a atividade da Câmara, dizer que num mês, estamos a trabalhar com cerca de 5 milhões de euros, acho que diz quase tudo em relação à sua dinâmica.

Quanto à Moção do Deputado Otilio Hipólito relacionada com a integração dos projetos no PRR, é o mesmo, o comentário que eu faço em relação a essa situação, é muitíssimo urgente nós fizemo-lo de forma direta através do executivo, associamo-nos à CIM do Cávado para fazer chegar isso ao Governo, como sabem haverá um Conselho de Ministros aqui no distrito de Braga, nos dias 3 e 4, estarão cá todos os Ministros, há um programa para virem até aos vários municípios, aos 14 municípios do distrito de Braga, está prevista a presença alguns membros do Governo também aqui em Esposende e, pretendemos mais uma vez fazer o trabalho de sensibilização dos vários Ministros dentro daquilo que são as suas competências, sem qualquer questão partidária, portanto, eles têm que despir a camisola do partido, por muito que custe e nós também despiremos a nossa, nós estamos aqui para defender o povo de Esposende e os governantes da Nação, para Governarem o país independentemente de quem está nas Câmaras se é o PSD, se é o CDS, se é o PS. Tem que ter atitudes igualitárias para todos, por igual. Não é isso que se tem verificado na distribuição do PRR, nós ficamos completamente excluídos dos fundos do PRR, que é uma coisa inaceitável para nós, mas temos tentado com a educação que nos é característica, sensibilizar os governantes de que assim não pode ser, e que terão que olhar para aquilo que são os nossos projetos, porque têm efetivamente mérito para serem apoiados. E sempre nos vão dizendo, não se preocupe Senhor Presidente, que nós sabemos que não vai haver execução total do PRR, a dada altura vamos ter mesmo que apoiar esses projetos, e como dizia a Senhora Ministra da Coesão, numa expressão muito tradicional, "candeia que anda à frente alumia duas vezes" e, portanto, não se arrependa dos investimentos que está a fazer. Mas o dinheiro continua a sair dos cofres da Câmara e dos bolsos dos munícipes de Esposende, e o dinheiro do Governo não vem e, portanto, andamos nisto. Vamos ver se conseguimos efetivamente sensibilizar os membros do Governo e o Senhor Primeiro-Ministro para essa realidade.

De resto, Senhor Deputado Marcelino Cunha, quanto ao licenciamento eu não sei porque é que insiste sempre nessa ideia de que se mente, ou não se mente, não se trata disso Senhor Deputado, eu já lhe disse, vá à Câmara, consulte o processo, veja as informações técnicas que lá estão, os despachos que são feitos em função das informações técnicas, parece que tudo o que nós fazemos tem uma malícia por detrás, embora tenha dito aqui que não colocava isso no patamar da corrupção, mas é sempre aquela ideia que menti, eu não menti coisa nenhuma.

Deu entrada o processo na Câmara, foi informado pelos serviços técnicos, com informações favoráveis e nós limitamo-nos a provar aquilo que vem das informações técnicas, é assim que funciona. Estranho seria ao contrário, se a informação técnica fosse desfavorável e por algum motivo eu, ou o Senhor Vereador que tem essa competência aprovássemos o projeto.

Eu aconselho-o sinceramente a consultar o processo, acompanhado por quem o Senhor entender, que seja mais ligado a esta área do urbanismo, e que possa esclarecê-lo, para não



ter que dizer esse tipo de coisas, porque não corresponde à verdade. Podemos gostar ou não gostar do que lá aparece, podemos como cidadãos, ter um pensamento em relação à construção naquele local, mas depois há todo um enquadramento legal, que não nos permite proibir a construção num sítio, onde os instrumentos de Planeamento dizem que se pode construir. Não é assim que funciona, isso é que seria arbitrário.

Se o Senhor fosse dono de um terreno, ou um cidadão qualquer tivesse um terreno, que o Plano Diretor Municipal diz que dá para construir, e o Presidente da Câmara porque acha que não fica bem, não deixa construir, como é que classificaria uma atitude destas?

Isso é que estaria errado, se há alguma coisa a fazer é, no âmbito da discussão dos instrumentos de planeamento, do Plano Diretor Municipal em concreto, é que se deve estar presente e dar os contributos, e eventualmente dizer "não deixem construir aqui".

O POOC já veio fazer isso, varreu o nosso litoral todo praticamente, dessa forma e muito bem, e nós estamos perfeitamente de acordo. Onde não é possível e não há direitos adquiridos, não é possível.

Já mais um político hoje pode fazer uma coisa dessas.

Senão estamos sempre nisto, parece que é vontade do Presidente da Câmara dizer que sim, ou que não, não é assim que funciona.

Jamais isso poderia ser assim, hoje isso dá perda de mandato imediata. Se eu autorizasse uma construção onde não dá para construir, é perda de mandato, não há dúvida nenhuma sobre isso. Portanto, não vale a pena andar sempre a levantar esse tipo de acusações, quando na realidade não funciona assim, eu até me ofereço para o acompanhar se quiser ver o processo comigo.

De resto, dizer que o Presidente da Câmara tem um túnel, por acaso tem, e agradeço ao Senhor Alberto Figueiredo, que em boa hora fez uma obra fundamental para a Câmara de Esposende. O túnel que o Senhor diz, que é o acesso à garagem, por onde eu meto o carro e faz todo o sentido, que não vou deixá-lo na rua, é por onde entram os outros trabalhadores, onde estão as viaturas todas da Câmara, e portanto, não me parece que eu ande a fugir de ninguém, isso é uma coisa que eu não faço na minha vida política, e já levo disto quase 18 anos, 4 numa Junta de Freguesia, 4 como Vice-Presidente e quase 10 como Presidente, é que nunca me viu fugir das pessoas.

Eu vou exatamente aos mesmo sítios, tomo café no mesmo sítio onde tomava quando não estava sequer na vida política, continuo a ir aos meus sítios, encontram-me em todo o lado, se há uma coisa que eu não faço é fugir das pessoas, nunca o fiz e pretendo continuar dessa forma nos próximos 2 anos e meio. E após esse dia, continuar a andar na rua de cabeça levantada, é assim que eu sou, não me vê a fugir, pode ter visto outros, e por outros municípios, a mim, essa acusação, essa carapuça não enfito com toda a certeza.

A questão do dia, eu entendo a sua pergunta e a própria Moção é pertinente, mas, tem que pensar assim, hoje, a gestão municipal não é compatível com ter um dia certo, isso era noutro tempo, quando as Câmaras tinham muito menos atividade. Nós hoje, eu tenho reuniões diárias externas nos vários órgãos eu tenho que representar o município, é muito difícil fazê-lo.

O que é que nós fazemos, fazemos uma gestão mais livre, as pessoas ligam, falam como à minha secretária e tenta-se agendar a reunião, muitas vezes às 18h, 19h estou a receber pessoas diariamente. Se deixo algumas pessoas por receber? Pode acontecer, na gestão da agenda, pode acontecer isso, podem ser assuntos que eu entenda que não deva ser eu a tratar, porque o Presidente da Câmara não pode tratar dos assuntos dos 35.000 munícipes, mais aqueles de fora que queiram falar com o Presidente. Há um grupo de Vereadores, que estão

com pelouros atribuídos, que têm que fazer essa filtragem, falam dos assuntos que têm que falar, sendo das suas competências e transmitem hierarquicamente para cima aquilo que eles não consigam resolver, ou que tenha mesmo que ser eu a resolver. E tem que ser trabalhado dessa forma, senão é completamente impraticável, como numa empresa, como noutro sítio qualquer, se há uma cadeia hierárquica e ela não funciona, o Presidente da empresa, ou neste caso o Presidente da Câmara não tem forma de lidar com essa realidade.

Portanto, nós tentamos fazer essa seleção, tentamos receber as pessoas o mais rápido possível, naturalmente que falharemos, mas isso, eu pergunto quem é que não falha, qual é o Presidente de Câmara que consegue receber todas as solicitações que tem, isso não existe.

Nós tentamos, esforçamo-nos, por falta de empenho no trabalho ninguém me pode acusar, eu estou há 14 anos na Câmara e faço questão que consultem os registos da Câmara, nunca faltei um dia ao trabalho até hoje, já fui operado 3 vezes, até nesse tempo de recuperação ao fim de dois ou três dias estava a trabalhar. Portanto, ninguém me pode acusar de fugir das pessoas, se não fazemos mais é porque não podemos, são limitações que temos, de presença, eu não posso deixar de representar o Município na CIM, no Eixo Atlântico, onde me pedem para estar presente, onde só eu posso estar e não pode estar mais ninguém.

Portanto, essa questão do dia eu compreendo, gostava de ter tempo para receber os munícipes um ou dois dias por semana, confesso, mas isso não é viável dessa forma.

Das questões que colocou em relação ao estacionamento, de facto, as zonas pedonais da cidade, há um problema na gestão do trânsito nessas zonas pedonais, mas também é verdade, que existe um horário para cargas e descargas, que as pessoas devem cumprir, e as pessoas não cumprem esses horários e cabe a fiscalização, como aqui já foi dito, à GNR. Não é o Município que vai andar a empurrar para fiscalizar mais, ou fiscalizar menos. A GNR tem essa competência, sabe o que está a acontecer, as queixas certamente que lhes chegam lá e, portanto, terá que atuar em conformidade.

A Senhora Deputada Anabela Solinho, falou aqui da questão do Centro de Saúde de Apúlia, eu relembro que a responsabilidade pelo encerramento não foi do Município, portanto, quem criou esta situação não foi o Município.

Há um diretor do ACES e há uma Autoridade de Saúde, a Autoridade de Saúde determinou o encerramento e criou-nos esta situação. O Município e Junta de Freguesia imediatamente se puseram em campo para tentarem encontrar uma solução. Não aceitaram a solução que o Município apresentou, de localizar o centro de saúde provisoriamente nas antigas instalações da Cruz Vermelha, em Apúlia, e criou-se aqui um problema. Entretanto, nós através da negociação conseguimos uma verba, avançamos com o projeto, e já temos o parecer favorável e vamos tentar, embora o dinheiro ainda não exista, há um mapeamento, nós temos a informação de que vamos receber meio milhão de euros para fazer aquela obra, mas não temos a certeza, ainda não o podemos candidatar, mas, como sempre, andamos à frente e vamos avançando e tentaremos que as obras sejam feitas, e que, o centro de saúde possa reabrir o mais rápido possível.

Quanto às questões do transporte, etc, eu sei que a Junta de Freguesia tem tido uma atenção muito especial a tudo isso e está sempre na expectativa de que, havendo essa necessidade, também terá o apoio da Câmara para o transporte das pessoas. O que nós não queremos é, fazer isso, estabilizando uma solução que não interessa ao povo de Apúlia.

Às vezes a ajudar podemos estar a tentar consolidar uma situação que não interessa ao povo de Apúlia, e muito menos ao povo de Fão também, que começa a ver as suas instalações com muita gente e a ficar insuportável a utilização das mesmas.



De resto, a sinalização dos degraus, confesso que tem toda a razão, pode parecer um pormenor, mas não é, tem toda a razão isso deve ser feito, aliás, temos que repensar aqui a relocalização do próprio espaço da Assembleia, mesmo essa passagem pelo meio, não está bem assim, portanto, fica o meu compromisso de que vamos rever essa situação.

Quanto às questões levantadas pelo Senhor Deputado Tito Evangelista, é uma intervenção típica, portanto, o Senhor Deputado Tito Evangelista não teve a ideia, nem sabe quem vai ser o arquiteto, também não conhece o projeto, mas já diz mal.

É normal, é aquela crítica insustentada, mas poderá sempre apresentar contributos, nós temos todo o gosto em aceitar os contributos, aliás, o projeto será apresentado publicamente e sujeito a uma discussão. Mas é sempre bom que o povo de Fonte Boa e o povo de Gemeses saibam, que o Partido Socialista de Esposende está contra aquela passagem. Eu fico sempre satisfeito em esclarecer porque, estar contra e não dizer é uma coisa, agora estar contra e assumir, é assim que se deve estar na política. Os meus parabéns!

Quanto à questão da Democracia, o PS local pode falar mal da Câmara de Esposende, mas o PSD não pode falar mal do Governo. Temos direitos, mas não podemos assumir uma crítica de quem quer que seja, como se o Governo tivesse feito as coisas todas bem feitas até à data e os portugueses vão dizendo que não.

Quanto à questão das competências a verdade é esta, nós teríamos feito um negócio catastrófico, se tivéssemos aceitado as competências tal qual foram apresentadas. E a prova disto é que muitos Municípios do PS deste país, ainda não aceitaram as competências.

Aliás, quem foi a pessoa que mais lutou por estas alterações, picada pelos autarcas do país, foi a Senhora Presidente da Associação Nacional dos Municípios, que é só a Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, e é do Partido Socialista. Se ela estivesse satisfeita, ela tinha aceitado as competências no início, porque é que ela não aceitou?

Nós temos que aceitar porque sim, porque o Governo queria que aceitássemos e os autarcas do Partido Socialista não aceitaram, esses estavam certos. Portanto, se há aqui alguém incoerente não é a Câmara Municipal com toda a certeza.

E a questão da transferência de competências para as Juntas de Freguesia, aquilo que nos foi proposto era o equivalente a dizer "fiquem com as competências, mas não vos damos dinheiro". Se é disso que estamos a falar, se era para passar competências sem dinheiro, então copiamos o modelo do Governo do Partido Socialista, que esse modelo se aplicava com toda a certeza bem, às freguesias. Mas não é isso que nós estamos a tentar fazer, aliás, vem aí um assunto mais à frente, que é um apoio de 450.000 € para as Juntas de Freguesia, tentamos estar próximos e trabalhar essa temática da transferência de competências, sendo que é bastante complexa e difícil, e não é só dinheiro, é dinheiro, é equipamentos, é recursos humanos, é bastante complexa essa transferência.

Quanto às questões levantadas pelo Senhor Deputado Francisco Melo, desde logo agradecer, na qualidade de Presidente do Plenário do PSD, e posso dizê-lo assim, porque fui eleito também, juntamente com o Dr. Agostinho Silva, para a Comissão Política, agradecer as suas palavras.

Quanto à questão da Barra e da Restinga, de facto foi exatamente como o Senhor disse, nós encomendamos um trabalho, foi apresentado publicamente, a Câmara tem que tido uma ação permanente de convocação dos membros da APA, do ICNF, da Comissão de Coordenação; e a própria academia que desenvolveu o estudo e a DGRM também, para tentar fazer avançar este processo, entretanto, foi-nos apresentada uma outra alternativa pela DGRM e, estamos expectantes que o Senhor Ministro do Ambiente possa desempatar, vamos dizer assim, este



processo. Estamos na expectativa de que ele vindo cá estes dias, lhe possamos mostrar esses processos e ele decidir sobre o que é que se vai fazer.

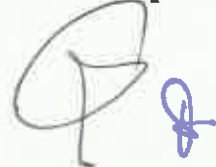
De qualquer maneira, não posso deixar de dizer que, quando à questão da dragagem, não posso deixar de me lembrar daquela iniciativa do candidato, do cabeça de lista do Partido Socialista aqui ao distrito de Braga, José Luís Carneiro, que veio aqui na altura pré-eleições legislativas, fazer um grande número, para começar a dragagem do rio, e eu pergunto, quem quiser ser sério e honesto na apreciação, se acham que aquele dinheiro, foi bem gasto.

É que, está exatamente conforme estava antes da dragagem, com uma subtração de 1 milhão e meio de euros aos cofres do Estado. Está exatamente igual, foi pegar no dinheiro e literalmente deitar o dinheiro ao mar, foi isso que aconteceu. Não que nós não tivéssemos avisado, nós o que queremos é evoluir no processo da Consolidação da Barra, não adianta andar a fazer dragagens atrás de dragagens, que é deitar dinheiro dos contribuintes ao lixo, mas, foi feito um grande número aqui no nosso concelho, 2 dias ou 3 antes das eleições lá estavam as máquinas ali a operar, eu diria que nem um Presidente de Junta, e peço desculpa aos Presidentes de Junta que eu também já fui, nem um Presidente de Junta em 1976, nas primeiras eleições autárquicas, faria um papel daqueles, quanto mais, um Governo do país.

Antigamente contavam-se essas histórias, que se colocava lá o paralelo, depois carregava-se o paralelo, etc, e o Governo acabou de fazer este papel medíocre, de um membro do Governo, que é hoje Ministro da Administração Interna, mas enquanto cabeça de lista, aparecer aqui, prometer uma dragagem, 2 ou 3 dias antes das eleições, para convencer os pescadores a votarem no Partido Socialista, e, no fim do dia, ao fim de poucos meses, o resultado é aquele que se vê. Portanto, espero ter esclarecido aquilo que nós pensamos em relação à barra e aquilo que estamos a fazer, mas é um erro atrás do outro e, quem tutela não é a Câmara Municipal com toda a certeza, também entenderão isso muito bem.

Quanto à desagregação de Freguesias, estamos a aguardar por desenvolvimentos, foi criada uma Comissão, estamos a aguardar, os nossos processos foram submetidos, foram dos primeiros a entrar na Assembleia da República, aguardamos que haja desenvolvimentos.

Quanto à Escola Secundária Henrique Medina, estamos a desenvolver o projeto, e a verdade é que o Governo não tem dinheiro para pagar a segunda fase de intervenção na Escola Secundária Henrique Medina, aliás, criou um mapeamento, que tem uma coisa muito engraçada que é, muito urgentes e prioritárias, portanto, eu não sei exatamente, se virarem isto ao contrário, são todas muito urgentes, a nossa está por acaso nas muito urgentes, são 30 e poucas em termos nacionais, mas dinheiro, ninguém sabe onde vai buscar. Essa pergunta já foi feita à Senhora Ministra da Coesão, aos responsáveis diretos da tutela da educação, ninguém sabe onde é que vai buscar o dinheiro. Uns dizem que queriam meter isso na contratualização dos Municípios, o que seria desastroso para nós, e totalmente injusto, outros dizem que o Governo vai socorrer-se de um empréstimo ao Banco Europeu de Investimento, para suportar estes muitos milhões de euros que fazem falta para essas 30 e tal escolas, e só estamos a falar das muito urgentes, vejam bem, nós estamos a fazer o trabalho de casa, como sempre, a expectativa da obra ser feita a curto prazo, é muito reduzida, face à incapacidade do Governo para conseguir financiar essa recuperação de Escolas, sendo certo que a nossa, deveria ter sido reabilitada no âmbito da Parque Escolar, como foram as da Póvoa, as de Barcelos, as de Viana, e só Esposende ficou para trás, e é bom que os esposendenses saibam disso, a culpa não é da Câmara, foi o Estado que requalificou as outras todas sem um cêntimo dos municípios, e naquela primeira intervenção, na primeira fase, já lá estão à volta de 600.000,00 € da Câmara de Esposende. E eu pergunto se acham que é justo este tipo de



abordagem com o dinheiro dos Municípios de Esposende, para terem exatamente as mesmas condições que têm as crianças dos outros municípios.

De resto, da escola EBI de Esposende, está prevista uma intervenção, nós temos investido muito dinheiro na requalificação das escolas do primeiro ciclo, aquelas que são da nossa responsabilidade, na melhoria essencialmente dos espaços exteriores, e sim, está prevista uma intervenção, já falei com a Senhora Vereadora, e aos poucos estamos a tentar colmatar essas deficiências, que reconhecemos.

Relativamente ao estacionamento nas praias, será no mesmo formato do ano passado, vamos tentar encontrar terrenos com uma novidade, vamos ter transporte público, que vai circular entre Apúlia e eventualmente Rio de Moinhos, vamos tentar ver qual é que será o percurso, mas a ideia é termos transporte público, cíclico, durante o período de verão, para obstar a que as pessoas levem as suas viaturas para junto das praias, e possam circular nessas zonas. Portanto, é uma medida que nós vamos adotar pela primeira vez no concelho, este ano.

Das questões que levantou, em Forjães, nós estamos a trabalhar muito proximamente com a Junta de Freguesia, há pouco tempo atribuímos uma verba na ordem dos 75.000,00 €, para fazer precisamente a pavimentação de algumas vias e, agora, vamos aprovar aqui mais um valor de 30.000,00 € para todas as freguesias do concelho, mesmo antes da desagregação, portanto, é a multiplicar por 15, (30.000,00 € x 15), e estamos a preparar o Plano de Investimento nas Freguesias, que irá, com toda a certeza, não sei se exatamente essas vias que aqui falou, mas irá com toda a certeza, resolver alguns desses problemas de mobilidade.

Quanto à questão da Rua Direita, a sua pergunta é muito pertinente, tem a ver com a qualidade urbanística, isto aplica-se aqui, mas também se aplica em Fão, por exemplo na zona histórica, nós tentamos que, face à não existência de Planos de Pormenor, que possam no fundo, condicionar essas alternativas, e os nossos serviços são muitos zelosos nesse aspeto de, dividir em duas partes, uma coisa é aquilo que tem valor arquitetónico para ser preservado, e aquilo que devemos também ser permissivos, na alteração desses mesmos imóveis. E nós confiamos nos serviços do município, e tem sido essa a prática comum ao longo dos anos.

Quanto à questão que lançou em jeito de desafio, ou de brincadeira não sei, mas de eventualmente o Luís Montenegro poder vir a ser, dentro de algum tempo Primeiro-Ministro, eu por acaso acredito que isso possa acontecer antes do fim desta legislatura, ou melhor, que a legislatura termine, e que ele possa vir a ser mesmo Primeiro-Ministro, mas, o que lhe posso dizer é o seguinte, independentemente de quem seja, da cor do Governo, as nossas reivindicações são iguais, e tanto mostrarei isso aos membros do Governo do Partido Socialista agora, como terei a mesma coragem e a mesma determinação, ou ainda mais, para mostrar, aqueles que possam estar no Governo daqui a algum tempo.

Obrigado."

Terminado este Período o Presidente da Mesa entrou de seguida no Período de Intervenção do Público.

02 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

De acordo com o número um do artigo quadragésimo terceiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, tendo-se verificado as seguintes inscrições:



Senhora Maria da Conceição Dias de Melo Fernandes, que em síntese disse:

"Boa noite a todos,

O meu nome é Conceição Fernandes e estou aqui em representação dos proprietários das moradias em banda, sitas na Rua António Cruz, na cidade de Esposende. E estou aqui para entregar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal um abaixo-assinado, para que o faça por favor, chegar ao Senhor Presidente da Câmara de Esposende.

Neste abaixo-assinado manifestamos o nosso espanto e a nossa indignação, com a autorização dada pela Câmara Municipal de Esposende, ao construtor Acrescentar, S.A de Braga, relativamente ao processo de obras nº 849/2022.

Estamos a falar de um empreendimento a ser construído nos jardins do Palacete Italiano que se encontra à entrada de Esposende, na Rua Senhora da Saúde.

Para além do nosso espanto e indignação, neste abaixo-assinado manifestamos a nossa preocupação relativamente aos seguintes aspetos:

- em primeiro lugar, ao risco que essa construção representa para a nossa segurança e para a nossa vida, uma vez que, a Câmara Municipal de Esposende autorizou este empreendimento, que implicará realizar um buraco de mais de 3 metros de profundidade, para garagens subterrâneas, a escassos 3 metros das nossas moradias, este buraco irá necessariamente afetar as nossas moradias, cuja profundidade de fundações, que são fundações rasas, é muito menor, pois não têm qualquer cave ou subsolo. Por isso, existe um risco para a própria estrutura das nossas moradias, e por consequência para a vida dos seus ocupantes. É de notar que as nossas moradias apresentam já fragilidades de construção, tais com um fissuras nas paredes decorrentes do simples trepidar provocado por veículos que circulam na rua, bem como, fissuras nas paredes dos tijolos de vidro, existentes nas traseiras das mesmas.

- em segundo lugar, isso vai representar uma ocultação da luminosidade, pois a obra que a Câmara Municipal de Esposende autorizou, e pretende erguer a escassos 3 metros das nossas moradias, trata-se de um edifício de 12 metros de altura. Considera-se que a distância de apenas 3 metros de distância que separa este prédio das nossas moradias é claramente insuficiente, dado a Câmara Municipal de Esposende ter aceite, que este cálculo fosse feito com base na altura das varandas do prédio a construir, e não com base na real altura do edifício.

Note-se que a parede das nossas moradias é constituída em metade da sua área de tijolos de vidro, destinados a proporcionar luminosidade num pátio interior, bem como numa cozinha e quartos. Ao autorizar esta obra, a Câmara Municipal de Esposende parece ignorar, que para além da luminosidade que vai tirar a cada uma das nossas moradias, essa ocultação da luminosidade terá um impacto no valor comercial das nossas habitações.

Finalmente, um aspeto que se prende com más práticas ambientais, a obra que a Câmara Municipal de Esposende autorizou, tem uma densidade de construção claramente excessiva para o espaço de que estamos a falar.

Mais uma vez, a distância em relação às nossas moradias é totalmente injustificada, e resulta de um raciocínio associado a uma má prática ambiental, agora caucionada pela Câmara Municipal de Esposende, com efeito, para encaixar o máximo possível de habitações, a Câmara Municipal de Esposende, autoriza tanta habitação, que não se consegue colocar estacionamento para as frações habitacionais, e mesmo assim, estamos a falar de 51 lugares de estacionamento, em vez dos 68 necessários. Para tal, a Câmara Municipal de Esposende,

deixa utilizar uma exceção ao PDM, o artigo 107 nº 1, sobre situações especiais, e com esta nova construção autoriza Ipso facto, o aumento do número de carros na via pública.

Atualmente, a luta contra as emissões de CO2 deveria ser uma prioridade, inclusive no contexto de novas construções.

A prática seguida pela Câmara Municipal de Esposende contradiz, e até diverge expressamente dessa meta.

O resultado será aumentar a quantidade de carros que irão certamente entupir mais ainda, o centro da cidade de Esposende, já congestionado.

Em conclusão, e pelos motivos apresentados, solicitamos à Câmara Municipal de Esposende, a suspensão imediata do processo em curso, e a não emissão de Alvará de Construção, por razões de prudência, de segurança, igualmente, de forma a proceder a uma reavaliação de modo tripartido, juntando a Câmara Municipal de Esposende, o construtor Acrescentar, S.A e os moradores da Rua António Cruz, para estudar a possibilidade de resolver os efeitos prejudiciais que esta obra irá causar.

Muito obrigado pela atenção."-----

Foi o referido abaixo-assinado entregue ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

Dê seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao segundo inscrito, Senhor Tito Gaifém, que em síntese disse:

*"Boa noite Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente da Câmara Benjamim Pereira,
Senhores Vereadores,
Deputados Municipais e
Público presente,*

Eu assisti aqui nesta Assembleia, à atividade do Município e aquilo que várias bancadas trouxeram à colação a discutir. Alguns assuntos foram afluídos, mas eu, gostaria de lembrar o Senhor Arquitecto Benjamim Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Esposende, que numa reunião, e li na imprensa, que numa reunião com os municípios do Vale do Cávado, pedem variantes rodoviárias. Acontece nesses municípios, a saber, Esposende, Braga, Terras de Bouro, Vila Verde e Amares, acontece que, todos eles reivindicaram as suas obras. A de Braga vias rodoviárias, a de Esposende, e eu vou ler a notícia, ou ela é omissa, ou não retrata tudo, mas diz o seguinte: "Já Esposende cuja Câmara acusou há dias o Governo de esquecer o Município, insiste na intervenção da Barra do Cávado, e bem, que carece de solução definitiva, na construção do Parque da Cidade, a segunda fase, e ainda, na requalificação das praias de Cedovém e Pedrinhas, muito bem, acrescentava a praia da Bonança, e já agora a de Ofir e toda a Costa, que ameaça com a erosão, e pede por outro lado, apoio para o Canal intercetor de águas, recentemente inaugurado. A cidade requer ainda um Instituto Multidisciplinar de Ciências e Tecnologia Marinha."

Portanto, isto é o que diz a notícia, efetivamente isto deve ser no âmbito do PRR, e não foca aqui, nem nesta Moção que foi agora apresentada para o Governo, fala aqui em vias rodoviárias.

Eu já sei Senhor Presidente da Câmara, que a EN 13 não é da sua responsabilidade em termos de investimento, mas, sendo uma via estruturante, e eu lembro-me de que, as variantes de

Apúlia e Fão, dito por si e eu concordo, é uma das mais importantes, a minha questão é só esta, estão esquecidas ou o Senhor já não luta por elas? É esta a questão.

O que foi agora aqui introduzido sobre a habitação, e eu no dia 25 de abril fui à Apúlia, e fui visitar o Museu do Sargaço, tirando o sítio, dou-lhe os parabéns pela obra, porque está muito bonita. Surpresa minha, ou não, mas isso é comigo, estava a funcionar e estava aberto; outra coisa também não era de esperar. Contudo, verifiquei também ali junto ao café Rafael, e penso que o Senhor Presidente também terá já visto, pelo menos autorizou a construção, de um prédio junto à estrada, com uma volumetria, e eu pergunto-lhe, é aquele tipo de construção que o Senhor defende, para uma faixa de 50 metros da costa? Ela foi autorizada, está a ser construída, naturalmente que a Câmara autorizou, é aquele tipo de construção que o Senhor pretende? A minha questão é esta.

Boa noite, obrigado!"

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao terceiro e último inscrito, Sr. Fernando Jorge Monteiro Ferreira, que em síntese disse:

"Boa noite.

Na pessoa do Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Carlos Silva, cumprimento todos os presentes.

Como é do conhecimento de todos, está prevista há já vários anos a construção de um novo hospital para Barcelos, equipamento que servirá também a população do concelho de Esposende.

Por despacho do gabinete da ministra da saúde, de junho de 2022, reconhece-se a necessidade de requalificação do Hospital de Santa Maria Maior, EPE, e não podemos esquecer ou desconsiderar o teor da resolução da Assembleia da República de 2021, que recomenda ao governo o desenvolvimento dos procedimentos necessários para a construção do novo hospital de Barcelos.

Nessa medida, foram constituídos dois novos grupos de trabalho, um para a elaboração de proposta de perfil assistencial, área de influência e dimensionamento; e outro, para a elaboração de proposta de programa funcional, estudo de viabilidade económico-financeiro, valor global do investimento e eventuais fontes de financiamento do novo hospital de Barcelos. É do conhecimento público que há já terrenos disponíveis e por isso, a construção deste equipamento, não só é necessária, como deve constar como prioritária nos concelhos de Barcelos e Esposende. É a nossa saúde que está em jogo!

Assim, na esteira do que foi feito, foi criado o Movimento Pelo Novo Hospital de Barcelos, que aqui represento e apresento, para que instituições, e poderes instituídos, juntamente com a sociedade civil, possam ter voz ativa enquanto parte interessada.

Este Movimento irá servir para reforçar os esforços tidos pelas Câmaras Municipais de Barcelos e Esposende. Somos parceiros. Não temos envolvimento político porque não queremos projeções nem aproveitamentos de um ou de outro partido. Somos apenas cidadãos que pretendem fazer prevalecer o nosso direito à Saúde.

Das atividades previstas, está já em curso uma Petição Pública que, em apenas alguns dias, já colheu milhares de assinaturas.

Juntem-se a nós e assinem. Juntos, seremos com toda a certeza mais fortes, na tentativa de fazer desta enorme necessidade, uma realidade!

Obrigado!"

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que agradeceu as questões colocadas pelo público, tendo respondido, nos seguintes termos:

"Antes de mais, cumprimentar a Senhora Maria Conceição Fernandes, dizer-lhe que foi com todo o respeito que a ouvimos, e naturalmente que a senhora e quem subscreveu esse abaixo-assinado, têm todo o direito de defender os vossos interesses, faz parte da lei, contudo, nós também temos que cumprir aquilo que são as regras urbanísticas, mais uma vez, existentes no território.

Vamos ser pragmáticos, a construção de uma cave num edifício é normalíssima em zonas urbanas consolidadas, e muitas vezes nem é com 3 metros de afastamento, é exatamente junto às restantes casas existentes.

Há técnicas construtivas que garantem a segurança dos imóveis, portanto, com toda a certeza, isso são questões que vocês devem acompanhar de perto, não tenho dúvida nenhuma sobre isso, mas no vosso caso, eu tive oportunidade de olhar hoje para o processo com algum cuidado, para perceber exatamente onde é que poderiam estar as vossas reclamações, eu percebo essa questão, mas, como digo, há 3 metros de afastamento, há técnicas construtivas que garantem a total segurança na execução da obra, acho que devem pugnar por isso, por outro lado, as questões da altura, essas regras estão definidas no nosso Regulamento e no RGEU também, e portanto, tenho que acreditar que foram cumpridas pelos projetistas, e que os nossos serviços não se enganaram nessa verificação. Importa dizer que os 12 metros certamente estará a medir à cumeeira do próprio edifício, incluindo a cobertura, sendo que o edifício tem 3 pisos e, portanto, terá um desenvolvimento vertical na fachada, de cerca de 9 metros, comparado com as vossas moradias e com o afastamento que tem no último piso de 4,5 metros. Portanto, cumpre a regra de metade da altura existente do edifício, o resto é cobertura com a inclinação, que não é contabilizada para esse cálculo. De qualquer forma, acho que fazem muito bem verificarem o processo, verem se existe alguma incongruência, alguma ilegalidade, e se ela existir, nós estaremos aqui para corrigir a situação. Coisa diferente, e que nunca aconteceu, e portanto não me parece que seja uma ferramenta passível de ser usada. Nós não podemos voltar atrás com decisões que já tomamos, apenas porque há uma reclamação, tem que ser devidamente fundamentada, se nos identificar alguma questão que esteja errada, que não tenha sido cumprida a lei, nós certamente que a atenderemos, se não identificar, se for apenas enfim, uma questão de estarem preocupados com a construção perto dos edifícios, vamos ver, nós estamos numa zona densificada, numa zona urbana, o vosso prédio está no limite, e tem esse desenvolvimento vertical, é importante vocês percebam, em última análise, as pessoas ao construirem aquele prédio, poderiam eventualmente encostá-lo ao vosso edifício. Lembrem-se que, as paredes de tijolo de vidro, não constituem servidão de vistas, não são vãos considerados no Regime Jurídico, portanto, é importante perceber isso, e as nossas regras são muito claras, ou afasta os 3 metros, ou pode inclusive encostar ao próprio edifício, que seria muito penalizador para todos vocês, sendo certo que, a construção também não poderia ter vãos para sul. Importa dizer, que é fachada que a senhora está a referir, é a fachada voltada a norte, não é a fachada voltada a sul, portanto, em termos de luminosidade, também não tem incidência direta do sol.

Acredite que eu estou disponível ou o Senhor Vereador para a receber se assim entender, nós não estamos de má-fé, era o que faltava, mas também não podemos coartar direitos às

peças, por inconveniência dos vizinhos. O que diz da densidade, tem a ver com o índice de construção que está definido no próprio PDM. A não ser que não cumpram as regras volumétricas existentes e os afastamentos necessários, nós não podemos coartar esse direito apenas porque queremos, porque isso seria uma arbitrariedade inaceitável por parte do Município. Se disséssemos aqui não vai fazer três pisos, mas o PDM diz que pode, eu cumprio os afastamentos, cumprio os índices, mas o Presidente da Câmara resolveu que não deve fazer, porque os vizinhos se queixaram, então e onde estão os direitos do promotor? E o promotor pode ser uma pessoa individual, pode fazer a sua moradia, onde é que ficam esses direitos?

A nossa Constituição presa pela equivalência dos direitos. Não podemos ter uns mais direitos que outros, agora as vossas preocupações em relação à segurança, são legítimas e, portanto, eu acho que vocês devem pugnar por elas, nós vamos levar a sério este abaixo-assinado, mas, entendam isso nessa perspectiva. Portanto, não é tão dramático, não precisam ficar preocupados que certamente não acontecerá nada nas vossas casas, terão que ser cumpridas essas mesmas regras de segurança, a Câmara não vai facilitar na fiscalização com toda a certeza, e vocês também podem, enfim, ter alguém que vá olhando para essa situação.

Contudo, gostaria de esclarecer que a fiscalização camarária é apenas no sentido de perceber se está a ser cumprido o projeto aprovado, e não, na componente construtiva propriamente dita. Não cabe à Câmara Municipal, ou à fiscalização camarária verificar se as argamassas estão corretamente feitas, se a tijoleira está bem assente, a nossa fiscalização é apenas e só relacionada com o cumprimento das regras urbanísticas e daquilo que é o projeto aprovado, só isso. Há um outro tipo de fiscalização, que tem a ver com o próprio desenvolvimento da obra e essa é de cariz diferente. Quando nós fiscalizamos as obras do Município, aí sim, aí temos uma fiscalização que vai verificar todas essas coisas, as obras dos particulares, a Câmara não pode cometer essa ingerência, sobre essas mesmas obras.

Quanto às questões do estacionamento, que eu não quero fugir a questão nenhuma que me colocou, é verdade que a cidade começa a ter problemas graves de estacionamento, nós temos consciência disso, e estamos a preparar um plano, para tentar resolver a questão do estacionamento na cidade, mas isto é o resultado, do desenvolvimento do nosso território. Há poucos anos a esta parte, queixávamos aqui nesta assembleia, de que não havia pessoas na Rua Direita, de que o comércio não funcionava, que as lojas estavam abandonadas, hoje temos muita gente na cidade, e claro que isso foi agravar um problema, porque não há estacionamento a pagar em Esposende, como deve saber, e isso, leva uma certa anarquia no estacionamento. Também há pouca fiscalização por parte das autoridades, também é verdade, e o Município está empenhado em encontrar uma solução para resolver esse problema, que não é fácil, como é evidente, se fosse fácil estava resolvido nas outras cidades, todas as cidades têm esse problema, e a prerrogativa de exceção do PDM, não é uma proibição, se está lá a exceção é porque ela é possível de ser utilizada. Não é uma ilegalidade, vamos entender as coisas assim, não é uma ilegalidade nem se pode ir por aí.

Quanto às questões levantadas pelo Senhor Tito Gaifém, nós já falamos várias vezes é uma pergunta recorrente que me faz em relação à variante, nomeadamente à de Fão, eu só lhe quero dizer que nós não esquecemos esse assunto, estamos preocupados com as nossas variantes, com a variante norte de Apúlia, com a variante de Fão, com a variante à cidade, mas também, não esquecemos aquilo que é o conceito não tanto da variante, mas da mobilidade, do prolongamento do metro da Póvoa, e da integração do Município de Esposende e isso foi falado ao Governo, naquilo que é o quadrilátero, que é constituído pelos



municípios de Guimarães, Famalicão, Braga e Barcelos, e uma extensão da mobilidade, que terá que, necessariamente vir a ser melhorada e criada entre esses municípios, e haver uma extensão até ao território de Esposende.

Isso tem sido uma questão recorrente da nossa parte, vamos ver, mas não depende de nós, dependerá certamente do Governo e da vontade que o Governo tenha para o fazer.

Por último, apenas dar os parabéns ao Senhor Jorge Ferreira, é assim que se deve estar, eu na minha comunicação do 25 de abril, falei exatamente disto, da participação cívica, da importância de as pessoas participarem nos processos políticos que existem. Os cidadãos, podem não estar eleitos, podem não integrar as listas, mas podem criar exatamente este tipo de movimentos, porque vão ajudar com toda a certeza a convencer o Governo a fazer este hospital que tanta falta faz para Barcelos e para Esposende.

Obrigado!"-----

03 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

03.01 – APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE - ANO DE 2022, NOS TERMOS DA ALÍNEA L) DO Nº 2 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 20 de abril de 2023, foi presente na sessão, para aprovação, o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município de Esposende referente ao Ano de 2022, nos termos da alínea l) do nº 2 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta, tendo o líder do Grupo Político do CDS-PP colocado duas questões ao Senhor Presidente da Câmara, uma sobre a reserva feita pelo Auditor acerca da falta de inventariação do património, a outra, sobre a revisão extraordinária de preços das empreitadas. Pelo Senhor Presidente da Câmara foram prestados os devidos esclarecimentos.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 22 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, 7 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PS, DO CDS-PP E DA DEPUTADA INDEPENDENTE ANABELA SOLINHO, E 1 ABSTENÇÃO DO DEPUTADO INDEPENDENTE MARCELINO CUNHA, APROVAR O RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE – ANO DE 2022, DO QUAL FAZEM PARTE OS SEGUINTE DOCUMENTOS: PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022 E RESPECTIVOS ANEXOS (CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE, MAPA DE EMPRÉSTIMOS, DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL,

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA, DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA, DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI'S), DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL (PAM), ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA, ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA, ALTERAÇÕES AO PPI'S, OPERAÇÕES DE TESOURARIA, CONTRATAÇÃO ADMINISTRAÇÃO – ADJUDICAÇÕES POR TIPO DE PROCEDIMENTO, TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – RECEITA, TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – DESPESA, DÍVIDAS A TERCEIROS POR ANTIGUIDADE DE SALDOS, MAPA DAS DÍVIDAS) E APROVAR A PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

"Votamos contra o relatório que representa a incompetência e incapacidade desta Câmara. Uma Câmara que apenas executou cerca de 50% dos investimentos que ela própria se tinha proposto executar em 2022;

Uma Câmara que todos os anos faz transitar para os anos seguintes milhões de euros que tinha destinados a obras que não teve capacidade para executar.

Uma Câmara que tem um presidente há 14 anos no topo do executivo (10 anos como presidente e mais 4 como vice-presidente), e que desde que está em funções não construiu uma única casa para famílias com necessidades habitacionais, tem freguesias inteiras sem saneamento, tem as elevado número de vias municipais em mau estado, que se limita a obras de fachada para encher os olhos a quem por aqui passa, e àqueles que se contentam com as aparências.

Contudo, aqueles que aqui residem, que não têm casa digna, que não têm saneamento, que não têm transportes capazes, que não têm vias arrançadas, que não têm iluminação, em suma, que não têm asseguradas pela autarquia os direitos básicos, aqueles investimentos que deviam ser a prioridade do investimento público, não podem estar satisfeitos com a Câmara e a maioria que a governa.

Por último umas palavras para o relatório da Sr.ª ROC.

O relatório aponta graves falhas às contas municipais, identificando a ausência de inventário e a questão do dinheiro do Programa Polis, como graves irregularidades.

Escreveu a Sr.ª ROC, passa-se a citar:

1- "O ativo do Município de Esposende não releva a integralidade dos bens imóveis, não sendo possível concluir em inventariação e avaliação do respetivo património. Neste contexto não estamos em condições de emitir uma opinião sobre a existência, plenitude, valorização e mensuração dos imóveis incluídos na rubrica de ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento, com referência a 31 de dezembro de 2022, bem como quantificar o respetivo impacto no património líquido"

2- "O ativo da entidade inclui o montante de €3.111.000 na participada Polis Litoral Norte, não contemplando os efeitos do projeto de partilha resultante da liquidação desta, não sendo possível quantificar o impacto no património líquido do Município de Esposende"

Contudo, é redigido de uma forma curiosa e criativa, é que a senhora ROC, escreve que, em síntese, tirando o que está mal, está tudo bem.

É uma verdade de La Palice, em qualquer caso ou situação, tirando tudo o que está mal, está tudo bem, e assim é com as contas do Município de Esposende.



A inexistência de inventário integral do património do município arrasta-se desde que este presidente chegou ao executivo e em 14 anos de poder ainda não foi capaz de o executar. Por tudo isso, obviamente, votamos contra!"-----

Pela Deputada Independente Anabela Solinho, foi apresentada declaração de voto que se transcreve:

"Voto contra, porque só foram executados 29 milhões, dos 39 milhões previstos, o Plano de Investimento apenas teve 50% de execução, refletidos nos 5 milhões e meio escutados, sobre os 11 milhões previstos. Dos investimentos previstos, um é a Estação Rádio Naval de Apúlia, e durante 2022 nada parece ter sido feito, o Edifício Pérola foi alienado mesmo contra a vontade o povo de Apúlia, a habitação social e o saneamento são fortes carências no nosso concelho. Na minha opinião a Câmara Municipal também arrecada demasiado valor do IRS, que deveria a meu ver, ser dispensado para benefício da economia local e dos munícipes."-----

Pelo Grupo Político do CDS-PP foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

"O correligionário do Senhor Presidente da Câmara, e volto aqui novamente a citá-lo, o Dr. Luís Montenegro, aqui há tempos dizia a propósito da taxa de execução do PRR, que seria um crime se Portugal de facto não aproveitasse este fundo. Não vou tão longe, mas termos aqui uma execução que fica mais de 25% abaixo daquilo que estava projetado, não é um bom sinal, daquilo que foi o ano de 2022, e sobretudo se tivermos presente que, aquando da aprovação deste orçamento, cujas contas estamos agora a votar, a Câmara pomposamente anunciou ser o maior orçamento de sempre, mas depois, deparamo-nos com aquilo que eu poderia dizer, uma espécie de "Centenização", Mário Centeno, o famoso Ministro das Finanças, também era conhecido por, na prática não executar os investimentos a que se propunha e, o paradigmático aqui desta "Centenização", é quando depois, na página 99 do relatório, a Câmara, pelo menos tentando salvar aqui a face, diz: "bem quanto à execução da despesa, fixou-se nos 73,49, verifica-se contudo um ligeiro aumento de 0,95%", ou seja, um ponto percentual. Vá lá uma vitória, os nossos parabéns, mas de qualquer forma não é o suficiente para podermos aprovar este orçamento."-----

Pelo Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

"Votamos favoravelmente a proposta do Relatório de Gestão e Prestação de contas do Município de Esposende - Ano 2022, porquanto:

Saídos de dois anos de pandemia, a expectativa de que 2022 fosse o ano do regresso à normalidade era grande e generalizada.

Com esse dado adquirido, o orçamento apresentado pelo executivo para o ano de 2022, manteve a ambição que tem caracterizado este executivo, sendo à data, o maior orçamento de sempre aprovado pela câmara municipal a por esta Assembleia Municipal.

Acontece que todos fomos surpreendidos com o início da guerra na Ucrânia e a subida desenfreada da taxa de inflação. Perante esse dado novo, houve necessidade de se reajustarem estratégias e de redefinir prioridades na execução do orçamento. E foi o que o executivo fez. Dentro de uma estratégia bem cimentada no rigor financeiro, o executivo soube arranjar soluções para mitigar os efeitos da inflação e de todos os constrangimentos que este período conturbado nos trouxe.

Olhando para os resultados obtidos, de facto, alcançar 93.76 % na execução da receita, ou seja mais 3.44% do que em 2021, foi notável. Evidencia uma dinâmica económica assinalável

no concelho, resultante de políticas assertivas que o município foi implementando ao longo dos anos e que têm resultado em pleno naquilo que são as estratégias de crescimento do município que acabam por se traduzir em mais receitas por força da boa dinâmica que a economia local apresenta.

Do lado da execução da despesa, o valor atingido de 73.49% é também ele assinalável. Ou seja, mais 0.95% do que em 2021. Só não foi superior, tendo em conta à conjuntura internacional que condicionou a execução do Plano Plurianual de Investimentos, conforme já aqui dissemos. O que acabou por adiar o início das empreitadas, como foi exemplo o processo de adjudicação do LISA, que acabou por transitar para 2023.

Contudo, o que há a reter, além da excelente taxa de execução, é que o município apresentou um saldo de gerência que se fixou em mais de 8M de euros, e viu a sua capacidade de endividamento aumentar mais de 1.8M de euros em relação a 2021, fixando-se agora praticamente nos 22.3 M de euros.

Em suma, o Relatório de Gestão e a Prestação de contas, uma vez mais, revela a excelente gestão dos dinheiros públicos feita pelo executivo, respondendo com eficácia às despesas corrente, investindo com critério e assertividade na modernização do concelho e no melhoramento da qualidade de vida de quem cá vive. Por tudo isto, votamos favoravelmente.”-

03.02 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO ÂMBITO DA LEI Nº 50/2018, DE 16 DE AGOSTO - SAÚDE.

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 20 de abril de 2023, foi presente na sessão para aprovação, proposta no sentido de esta, considerar a efetivação da transferência de competências para a autarquia, no domínio da Saúde. Fica arquivado original da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 29 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, DOS DEPUTADOS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PS E DO CDS-PP, E DA DEPUTADA INDEPENDENTE ANABELA SOLINHO, E 1 ABSTENÇÃO DO DEPUTADO INDEPENDENTE MARCELINO CUNHA, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE E, ASSIM, CONSIDERAR A EFETIVAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA A AUTARQUIA NO DOMÍNIO DA SAÚDE.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:



"Votamos a favor porque há muito que defendemos a transferência de competências da Administração Central para a Administração Local.

No caso de Esposende, a maioria que governa o Município passou todo o mandato anterior, e este, a adiar a receção de competências até a Lei não permitir que adiassem mais.

Ou seja, a Câmara de Esposende recebeu a transferência de competências contra vontade, e fez boicote político à reforma administrativa feita pelo governo da República até ao limite.

Caso tivesse recebido todas as competências mais cedo, podia ter evitado prejuízos para o concelho resultantes da recusa em receber mais cedo essas competências, a nível da saúde podia ter resolvido, há muito, o problema do Centro de Saúde de Apúlia, que se mantém encerrado, com prejuízo para a população do sul do concelho.

Como resulta da proposta a Câmara anunciou já, que em face da transferência de competências na área da saúde para a autarquia, vai receber do governo seis milhões de euros para construir o novo Centro de Saúde e Esposende, são esses milhões que o governo está a transferir anualmente para Esposende, no âmbito da transferência de competências, que engorda o orçamento da Câmara.

Cumpre-se mais uma vez a tradição, os grandes investimentos públicos feitos em Esposende, e a servir Esposende, foram realizados por governos do PS, desde a A28, à A 11, passando pelo Centro de Saúde a construir brevemente, foram os governos socialistas que investiram significativamente em Esposende."

Pelo Presidente da Junta da União de Freguesias de Belinho e Mar, foi apresentada declaração de voto que se transcreve:

*"Considerando a proposta apresentada e face às mais-valias conquistadas e a considerar no processo de transferência destas competências para a autarquia no domínio da Saúde, nomeadamente um significativo conjunto de investimentos, envolvendo a instalação de equipamentos de produção energética nas unidades de Saúde concelhias, a entrega de viaturas elétricas, e, ainda, verbas destinadas à requalificação das instalações da Extensão de Saúde de Apúlia e do Centro de Saúde de Esposende, aliados, relativamente a este último, de um mapeamento para fundos do Portugal 20-30 para a construção do novo edifício, em Esposende, **VOTAMOS FAVORÁVELMENTE** esta proposta, pois consideramos que a mesma vai ao encontro dos interesses da maioria da população do Concelho de Esposende.*

Não obstante este voto favorável, e verificando que não existe qualquer referência à extensão de Saúde de Belinho, reafirmamos a necessidade de continuarmos a lutar pela reabertura de centro de saúde de Belinho, que tanta falta faz à nossa população.

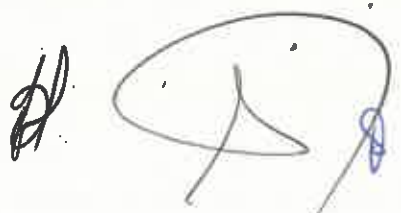
Estamos certos de que, com esta transferência de competências para o Município, veremos facilitado o processo de reabertura do nosso centro de saúde."

Pelo Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

"Votamos favoravelmente a proposta apresentada pelo executivo para a transferência de competências na área da saúde, porquanto:

Conforme já aqui dissemos na nossa intervenção, só agora aceitamos receber as competências na área da saúde, por só agora estarem garantidas as condições necessárias para que o município não saia lesado com a atribuição de mais esta competência.

Contrariamente à posição que o PS foi assumindo ao longo dos anos nas suas declarações de voto sobre este assunto, discordamos da ideia de que competia ao município a



responsabilidade de se substituir ao estado na melhoria das condições de trabalho e do edificado adstritos às áreas objeto de transferência de competências.

Na área da saúde, ao longo dos anos o município sempre se disponibilizou para resolver os problemas relacionados com as instalações dos centros de saúde do concelho. E sempre que lhe foi permitido, levou a cabo obras de melhoramento dessas instalações. Entre muitas outras, e a título de exemplo, fê-lo no melhoramento das acessibilidades dos centros de saúde e no combate à pandemia. Como é do conhecimento público, disponibilizou-se, ainda, para adequar o espaço alternativo que arranhou aquando do encerramento do Centro de saúde de Apúlia pela mão da tutela.

Em suma, o executivo sempre esteve do lado dos interesses dos munícipes, contrariamente ao Partido Socialistas, que face aos problemas evidenciados nesta área, escusaram-se sempre a propor soluções alternativas, procurando retirar dividendos políticos de problemas cuja única responsabilidade era, apenas e só, do Estado e do governo liderado pelo seu partido. Procuraram sempre fazer política com os problemas da saúde, e aceitaram sempre de forma cega as propostas da tutela, mesmo quando o que estava em causa era o dinheiro dos munícipes do concelho.

Essa postura do PS revela de facto, que o que lhe interessa mesmo é responsabilizar a câmara pelas ações que os organismos do estado foram tomando na área da saúde no nosso concelho, na perspetiva de, assim, poder retirar alguns dividendos políticos.

Por tudo isto, e tendo em consideração as negociações levadas a cabo pelo executivo para garantir as verbas necessárias para a modernização e o melhoramento das instalações dos centros de saúde de Apúlia e Esposende, e que se encontram vertidas no documento que acabamos de votar, o Grupo Político do PSD não podia deixar de votar favoravelmente a proposta de receber as competências na área da saúde por estarem garantidas as verbas necessárias para que assim seja.”

03.03 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA A CONCESSÃO DE APOIO EXCECIONAL ÀS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO, AO ABRIGO DA ALÍNEA J) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO.—

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 23 de março de 2023; foi presente na sessão, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para aprovação, a concessão a título perentoriamente excecional, de um Apoio Financeiro às Juntas de Freguesia do Concelho de Esposende. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta, tendo o líder do Grupo Político do CDS-PP colocado uma questão, à qual, o Senhor Presidente da Câmara respondeu prontamente.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, PELAS RAZÕES E PELOS FUNDAMENTOS ELENCADOS NA PROPOSTA, E NOS TERMOS DO

DISPOSTO DA ALÍNEA J) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I DA LEI NÚMERO 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, APROVAR A CONCESSÃO DE UM APOIO FINANCEIRO NO VALOR TOTAL DE € 450.000,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL EUROS), A SER DISTRIBUÍDO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO NOS TERMOS DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS NO ANEXO I E DE ACORDO COM AS REGRAS CONSTANTES DA MINUTA DE ACORDO DE COOPERAÇÃO ANEXA À PROPOSTA, A TÍTULO PERENTORIAMENTE EXCECIONAL, DADA A NECESSIDADE URGENTE DE INTERVENÇÕES AO NÍVEL DAS VIAS, ESPAÇOS PÚBLICOS E OUTROS BENS E EQUIPAMENTOS SOB A GESTÃO DAS RESPECTIVAS JUNTAS E QUE O ERÁRIO DA FREGUESIA NÃO CONSEGUE SUPORTAR, INTERVENÇÕES QUE, A NÃO SEREM CONCRETIZADAS, PODERÃO CONDUZIR A SITUAÇÕES DE DANOS QUE, CONSEQUENTEMENTE, PODERÃO LEVAR À IMPUTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL À FREGUESIA E, ATÉ MESMO, SOLIDARIAMENTE, AO MUNICÍPIO.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Votamos a favor, porque não podíamos deixar de votar a favor uma proposta de apoio às freguesias.

As freguesias são o parente pobre das Autarquias no concelho de Esposende.

O Presidente da Câmara, nem parece que foi Presidente de uma Junta de Freguesia, trinta mil euros distribuído pelas 15 extintas freguesias, é muito pouco. A Câmara devia transferir muito mais, e a questão que o Dr. Francisco Melo colocou, também é pertinente, porque não é justo, dar igual a todos, justo é dar igual a quem mais necessita. Portanto, eu tenho andado pelas freguesias em Assembleias Municipais, em Assembleias de Freguesia, os orçamentos das freguesias são ridiculamente baixos por falta de apoios da Câmara, e a Câmara devia apoiar muito mais as freguesias, para a satisfação das necessidades das freguesias.

Nós votamos a favor, porque não podíamos deixar de votar a favor, mas achamos muito pouco, o valor transferido para as freguesias, e nem parece que o Senhor Presidente da Câmara, foi Presidente de uma Junta de Freguesia, porque devia ser muito mais sensível às necessidades das freguesias.”-----

03.04 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DE AUTORIZAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA PARA O DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, DO TROÇO DA EN 13 ENTRE O KM 42,500 E O KM 43,467, APROVANDO A MINUTA DO ACORDO DE MUTAÇÃO DOMINIAL A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A IP – INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, SA, DE ACORDO COM O PREVISTO NO NÚMERO 5 DO ARTIGO 7º DO DECRETO-LEI Nº 100/2018, DE 28 DE NOVEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 06 de abril de 2023, foi presente na sessão, para aprovação, a Autorização da Transferência para o Domínio Público Municipal, do troço da EN13 entre o km 42,500 e o km 43,467, aprovando para o efeito, a Minuta do Acordo de Mutação Dominial a celebrar entre o Município de Esposende e a IP – Infraestruturas de Portugal, SA, anexa à proposta, de acordo com o previsto no número 5 do artigo 7º do Decreto-Lei nº 100/2018, de 28 de novembro. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual

fazem parte integrante. -----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 29 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, DOS DEPUTADOS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PS E DO CDS-PP, E DA DEPUTADA INDEPENDENTE ANABELA SOLINHO, E 1 ABSTENÇÃO DO DEPUTADO INDEPENDENTE MARCELINO CUNHA, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE E, ASSIM, AUTORIZAR A TRANSFERÊNCIA PARA O DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, DO TROÇO DA EN 13 ENTRE O KM 42,500 E O KM 43,467, APROVANDO A MINUTA DO ACORDO DE MUTAÇÃO DOMINIAL A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A IP – INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, SA, ANEXA À PROPOSTA.-----

03.05 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RECONHECIMENTO DA INTERVENÇÃO DE REABILITAÇÃO NO PRÉDIO REGISTADO NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL DE ESPOSENDE SOB O Nº 4264 E INSCRITO NA MATRIZ PREDIAL URBANA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESPOSENDE, MARINHAS E GANDRA, SOB O ARTIGO 1355, PARA EFEITOS DE APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO Nº 4 DO ARTIGO 45º DO ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 06 de abril de 2023, foi presente na sessão para deliberação, a proposta da Câmara Municipal para Reconhecimento da Isenção de IMI e IMT, ao prédio em causa. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, DE RECONHECIMENTO DA ISENÇÃO DE IMI E IMT, AO PRÉDIO REGISTADO NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL DE ESPOSENDE SOB O Nº 4264 E INSCRITO NA MATRIZ PREDIAL URBANA DA UNIÃO DE FREGUESIAS ESPOSENDE, MARINHAS E GANDRA, SOB O ARTIGO 1355, PARA EFEITOS DE APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO Nº 4 DO ARTIGO 45º DO ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS.-----
MAIS DELIBEROU, NOTIFICAR O SERVIÇO DAS FINANÇAS DAS RESPECTIVAS

DELIBERAÇÕES, PARA CONHECIMENTO.-----

03.06 – DESIGNAÇÃO DE NOVO ELEMENTO COMO MEMBRO EFETIVO, PARA INTEGRAR A COMISSÃO ALARGADA DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE ESPOSENDE, DE ACORDO COM O PREVISTO NO Nº 3 DO ARTIGO 7º DO REGULAMENTO INTERNO DA CPCJ.-----

Foi presente na sessão e-mail da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Esposende, onde é solicitado à Assembleia Municipal de Esposende que designe novo elemento como membro efetivo, para integrar a Comissão Alargada da CPCJ, decorrente da necessidade de se proceder à substituição do membro faltoso, de acordo com o previsto no nº 3 do artigo 7º do Regulamento interno daquela CPCJ, que se fará por eleição nominal e escrutínio secreto, através de apresentação de listas:

Foi apresentada uma proposta pelo Grupo Político do PPD-PSD, designada pela proposta “A”, de acordo com a qual se propõe a nomeação da cidadã, Mariana Gonçalves Viana.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, CORRIDO ESCRUTÍNIO SECRETO, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA “A” APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, COM 23 VOTOS A FAVOR, 5 VOTOS EM BRANCO E 2 ABSTENÇÕES, E ASSIM, DESIGNAR PARA INTEGRAR A COMISSÃO ALARGADA DA CPCJ - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE ESPOSENDE, A CIDADÃ MARIANA GONÇALVES VIANA.-----

03.07 - PARA CONHECIMENTO:

03.07.01 – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO NO ANO DE 2022, NOS TERMOS DA ALÍNEA H) DO Nº 2 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, CONJUGADO COM O Nº 2 DO ARTIGO 10º DA LEI Nº 24/98, DE 26 DE MAIO.-----

03.07.02 – PEDIDOS DE ISENÇÃO E DE RATIFICAÇÃO DE ISENÇÃO DE TAXAS, AO ABRIGO DAS MEDIDAS PREVENTIVAS APROVADAS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 30 DE NOVEMBRO DE 2015.-----

03.07.03 – CONTRATOS DE INVESTIMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO, DE ACORDO COM O ARTIGO 11º DO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO.-----

03.07.04 – POLÍTICA DE GESTÃO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE.-----

03.07.05 - RELATÓRIOS E INFORMAÇÕES DAS EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE

AGOSTO, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 69/2015, DE 16 DE JULHO E DO ARTIGO 54º DO DECRETO-LEI Nº 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO:

. EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, EM:

- **CONTRATOS-PROGRAMA OUTORGADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A EAMB – ESPOSENDE AMBIENTE, EM UNIPESSOAL, LDA (2019/2020).-----**
- **RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2022.-----**
- **RELATÓRIO DE BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO – 2022.-----**

. ESPOSENDE 2000 – ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, EM:

- **RELATÓRIO E CONTAS REFERENTES AO ANO DE 2022 E RELATÓRIO DE BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO.-----**

De harmonia com as deliberações tomadas pela Câmara Municipal, foram presentes na sessão, para conhecimento, Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição no ano de 2022, Pedidos de Isenção e de Ratificação de Isenção de Taxas, ao abrigo das medidas preventivas aprovadas pela Assembleia Municipal em 30 de novembro de 2015, Contratos de Investimento outorgados, ao abrigo do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento, de acordo com o artigo 11º do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento, Política de Gestão do Município de Esposende, Contratos-Programa outorgados entre o Município de Esposende e a empresa municipal EAmb - Esposende Ambiente, EM (2019/2020), Relatório e Contas do exercício de 2022 e Relatório de Boas Práticas de Governo Societário - 2022, da empresa municipal EAmb - Esposende Ambiente, EM e, Relatório e Contas referentes ao ano de 2022 e Relatório de Boas Práticas de Governo Societário, da empresa municipal Esposende 2000 – Atividades Desportivas e Recreativas, EM. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

O Deputado Municipal Francisco Melo, do Grupo Político do CDS-PP, pediu a palavra, referindo que pretendia apresentar uns breves comentários sobre o Relatório de avaliação do cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição.-----

Pelo Presidente da Assembleia foi colocado à consideração do Plenário a admissão de comentários ao assunto, tendo os demais membros da Assembleia Municipal concordado, com o proposto.-----

Interveio o Deputado Francisco Melo, do Grupo Político do CDS-PP, tendo referido:

"O diploma o que refere é que, o documento é apresentado para efeitos de discussão e, portanto, não pode ficar aqui para efeitos de conhecimento e, portanto, queríamos aqui deixar duas notas.

Em primeiro lugar, nós se formos compulsar este relatório e comparar com aquele que foi apresentado no ano passado, é o mesmíssimo relatório, a única coisa que muda é o ano, o resto é tudo igual e, portanto, queria aqui deixar uma sugestão, para que houvesse uma concretização do relatório. Porque o relatório no fundo fala em generalidades, isto é, foram

feitos pedidos de informação da oposição, mas não concretiza quantos, nem por quem, e era bom até para os nossos munícipes perceberem, até que ponto é exercida a fiscalização por parte da oposição. De facto, saber quem é que tem interesse e faz perguntas à Câmara, e melhor seria, se fosse também expresso o tempo de resposta a esses pedidos de informação.

Da parte do Grupo Municipal do CDS, nada temos a apontar, pelo contrário, agradecer à Câmara que respondeu sempre a todos os pedidos de informação que nós colocamos.

A segunda nota, tem a ver com um ponto importante que já mencionamos numa das nossas intervenções, e que ocorreu em 2022, e que eu queria aqui trazer à colação, tem a ver com o Orçamento e Plano de Atividades para 2023.

Aquilo que decorre do Estatuto do Direito de Oposição e há até jurisprudência sobre isso, é que, o Orçamento e Plano deve ser discutido com a oposição. Ou seja, à oposição deve ser dado a conhecer o documento, para que depois a mesma possa formular sugestões. E, aquilo que tem sido a praxis do executivo é, pedir sugestões, formular, sem dar conhecimento do Relatório. Para além disso, para agravar as coisas, relativamente ao Orçamento e Plano de Atividades para 2023, foram pedidas sugestões já em cima do tempo, com uma distância de 2, ou 3 dias, o que não é aceitável. Nós na altura expressamos o nosso descontentamento, foi dada a garantia, a promessa de que, este ano, portanto, em outubro/novembro, quando estivermos a discutir o Plano de Atividades e Orçamento para 2024, que o município terá isso em atenção e, portanto, fará por cumprir efetivamente o Estatuto do Direito de Oposição e, nesse sentido, reiteramos novamente ao Senhor Presidente da Assembleia, que dedique especial atenção a este aspeto, para que, enfim, ainda no início desta sessão, teceram-se muitas loas ao 25 de abril, mas aqui está um caso concreto, em que podemos cumprir o espírito de abril e da democracia. Isto é, a oposição poder exercer bem, aquilo que a lei lhe confere, mas que depois na prática, depara-se com estas entropias. Eu acredito que todos em conjunto, executivo e oposição, podemos fazer melhor, e, da nossa parte, estamos disponíveis como sempre, em total cooperação.”

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu os comentários construtivos, referindo que seriam certamente tidos em conta.

Pediu também a palavra o Deputado Municipal Tito Evangelista, do Grupo Político do PS, tendo referido:

“Tudo o que o Senhor Dr. Francisco Melo disse, eu posso subscrever quase na íntegra. E, acrescentaria mais, no caso do Partido Socialista, fizemos propostas e sugestões para o Orçamento e Plano do ano 2023, que a Câmara pura e simplesmente, nem aceitou, pediu com um curto espaço de tempo, e não houve discussão. Aliás, como não há discussão em nada que são projetos camarários.

Nunca a oposição foi chamada, ainda hoje falei aqui da Ponte de Gemeses que foi adjudicada, ou pretende ser adjudicada ao Arquiteto Mogadouro, e todos os projetos que são lançados em Esposende, seja do Parque da Cidade, seja projetos de renovação Urbana, seja quaisquer projetos, inclusivamente, a criação de um Parque Desportivo a norte de Esposende, está a ser decidido pela Câmara. São coisas que são muito importantes para todo o município, para toda a população, e a oposição pura e simplesmente é ostracizada, nunca é consultada, nunca é pedida uma opinião e, depois, queixam-se que as pessoas têm posições contrárias. Portanto, se há o 25 de abril, não basta fazer sessões de homenagem ao 25 de abril pomposas, para a



fotografia, fazer publicações, e depois no dia-a-dia, não haver esse tipo de comportamento democrático e de respeito pela oposição."-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a ata da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por unanimidade para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas.-----

---Sendo 23 horas e 45 minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão.-----

O Presidente da Assembleia,



O Primeiro Secretário,



A Segunda Secretária,

